

RELATÓRIO DE PESQUISA
(trabalho de campo)
I. BARREIRAS

Prof^a Lena Lavinias
IPPUR/UFRJ
Pesquisa CNPq

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
IPPUR/CCJE/UFRJ
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano Regional
Edifício da Reitoria - 5º Andar - Sala 543
Ilha do Fundão - Cidade Universitária - Rio de Janeiro
CEP. 21.910 - Telefone: 590-1191

S U M Á R I O

AVANT-PROPOS

PARTE I - PESQUISA DE CAMPO EM BARREIRAS

- I. Introdução
- II. Caracterização da Região
 1. Dados Gerais
 - a) aspectos demográficos
 - b) perfil agrícola
 2. Perfil Fundiário
- III. Nova Atividade Agrícola e o Mercado de Grãos
- IV. Agentes Econômicos
 1. Produtores
 2. Cooperativas
 3. O Capital agro-industrial
- V. Intervenção do Estado
 1. Crédito Rural
 2. Órgãos
 3. Pesquisas e Tecnologia
- VI. Questões Gerais
 1. A Dinâmica Urbana

AVANT-PROPOS

A pesquisa de campo realizada entre 11 de janeiro e 4 de fevereiro de 1986 teve 2 objetivos essenciais:

- investigar como vem-se processando a penetração de uma frente capitalista - no caso a de grãos (soja) - em duas áreas distintas de fronteira: uma de ocupação antiga (fronteira agrícola consolidada) e outra de ocupação recente (fronteira agrícola em expansão);

- Captar as formas de integração dessas áreas de fronteira ao mercado nacional (de produtos, serviços e da força de trabalho), entendendo se responde a fatores conjunturais ou estruturais de reorganização espacial da economia brasileira (Pesquisa de campo, justificativa, pág. 2).

Para tanto, julgamos necessário proceder à coleta de dados primários que apontassem a especificidade local do processo acima indicado e, sempre que possível, levantar também dados secundários que permitissem confirmar tendências.

Os dados primários foram obtidos essencialmente através de entrevistas livres junto a cooperativas, empresas agro-industriais e agro-alimentares, firmas de comercialização de grãos e insumos, organismos de extensão rural e planejamento agrícola na área de observação, fontes de crédito, o IBGE e setores sociais como a Igreja, sindicatos rurais, lideranças políticas; e através da aplicação de questionários junto a produtores e empresas agrícolas que se constituem num dos elos cen

trais da cadeia agro-industrial.

Além dessas fontes de informações, recorreremos às instituições de ensino e pesquisa (1); discutimos com prefeituras (Barreiras, Portelândia e Rio Verde) sobre problemas urbanos; entrevistamos, ainda que de forma assistemática, agentes do setor imobiliário sobre questões relativas à habitação (oferta e preço dos imóveis) nas cidades da fronteira tema esse que, no decorrer de pesquisa, revelou-se de grande importância no que diz respeito ao crescimento urbano.

Da mesma forma que a problemática habitacional mostrou-se relevante a nível urbano, pode-se detectar, graças à metodologia escolhida, outras questões diretamente relacionadas à penetração da frente capitalista nesses espaços regionais e que deveriam, numa fase posterior deste trabalho, ser aprofundadas:

- a estruturação deficiente do setor terciário;
- as dificuldades relativas ao escoamento da produção por falta de infra-estrutura viária e pelos altos custos do transporte derivados da grande distância dos centros consumidores etc...

Para a realização das entrevistas, contamos com o co

(1) O INDUR e a PUC em Goiânia, o Campus Avançado da UFBA em Barreiras, o departamento de geografia da UNB em Brasília, a EMBRAPA e o CNPAF - Goiânia.

nhecimento e apoio de organismos tais como a EMBRAPA, EMATER, CAR e as cooperativas agrícolas, que nos ajudaram a definir a amostra dirigida no caso dos produtores considerados típicos (2) pelo próprio grupo onde se encontram inseridos, pela coletividade regional e também pela nossa observação participante. Afora orientar a escolha dos entrevistados e fornecer informações que muito enriqueceram nossa coleta, tais organismos nos deram apoio logístico, criando as condições materiais para o sucesso da pesquisa de campo (3). Facilitaram, nossos deslocamentos, permitindo, pois, uma abrangência espacial bem mais ampla da nossa investigação.

Isso ocorreu no Sudeste de Goiás, onde percorremos três outros municípios, além do Rio Verde e Jataí, previstos inicialmente. De fato, ao circular pela região, constatamos que Aporé, Portelândia e sobretudo, Mineiros, estão igualmente inseridos no processo de expansão da soja, não podendo ser descartados no âmbito de uma análise sub-regional. Já em Barreiras, no extremo-oeste da Bahia mantivemos a mesma delimitação proposta no projeto de pesquisa de campo; não foram necessários aí deslocamentos inter-municipais importantes, na medida em que a falta de infra-estrutura básica leva a uma concentração da população residente - inclusive agricultores - na cidade de Barreiras. As áreas de produção encontram-se dispersas nos municí-

- (2) Por típico, entendemos o agricultor que, por suas características essenciais, representa os demais produtores que participam de mesma dinâmica de expansão da agro-indústria na fronteira, ainda que desempenhando papéis relativamente distintos.
- (3) Nesse sentido, cabe ressaltar a colaboração oferecida pela CAR em Barreiras que algumas vezes nos acompanhou pelo interior da região, e pelo Campus Avançado da UFBA, que colocou à nossa disposição em carro, aumentando nossa mobilidade. No Sudeste de Goiás, o escritório regional da Emater em Rio Verde praticamente assumiu o ônus da nossa visita cedendo um carro e, sobretudo, destacando um de seus agrônomos, para nos acompanhar na viagem e outros municípios e nos introduzir nos estabelecimentos agrícolas.

pios onde predominam os cerrados. Referimo-nos aqui particularmente aos municípios de São Desidério, Formosa do Rio Preto, Richão das Neves.

Constatamos ainda durante o trabalho que os critérios de seleção das áreas revelaram-se pertinentes, à exceção daquele mencionando a existência de projetos de colonização oficial, totalmente ausentes nas duas áreas de observação direta.

Quanto à metodologia, mostrou-se bem adaptada aos obejetivos. Em primeiro lugar, o método qualitativo possibilitou identificar questões que desconhecíamos relativas às etapas de migração; às estratégias familiares de ocupação/estensão na fronteira; à organização do trabalho no estabelecimento agrícola; às formas de obtenção do crédito; ao ambiente sócio-político externo.

Entretanto, falhas observadas quando da realização de outras pesquisas repetiram-se no tocante à obtenção de dados mais exatos sobre a produção e as contas agrícolas de cada estabelecimento. Muitos produtores demonstraram receio em expor seus ganhos, perguntando mesmo se nossos questionários não serviriam ao SNI ou ao Ministério da Fazenda. Isso deixa claro que a falta de uma contabilidade precisa é vivida pelo agricultor não como uma deficiência que deva ser corrigida, mas aparentemente, como meio de preservar o controle individual das suas finanças. A dificuldade de proceder a uma coleta de dados referentes aos custos de produção e de avaliar a potencial de acumulação de cada produtor sugere que se prossiga na tentativa de aprimorar técnicas de levantamento destes dados para se chegar a uma aná

lise global do desempenho e da rentabilidade econômica das unidades produtivas.

Foram aplicados no total 22 questionários (isto é, 11 em cada uma das áreas eleitas - GO E BA), em lugar dos 32 que deveriam compor nossa amostra. Cada questionário levou em média 1 h 50 para ser preenchido. Foram contemplados exclusivamente produtores individuais (cooperados, organizados em colônias agrícolas ou isolados). As firmas do setor de grãos, as agro-indústrias, as grandes unidades empresariais agrícolas e as cooperativas escaparam a essa metodologia tendo sido estudadas através de, entrevistas longas (3-4 horas cada). Daí haver um número menor de questionários aplicados. No relatório, vamos apresentar tais setores detalhadamente, como se se constituíssem em pequenos estudos de caso.

Embora utilizando técnicas de coleta distintas, julgamos ter incorporado ao nosso trabalho quase todos os agentes econômicos envolvidos na atividade principal desta frente de expansão que são os grãos.

Para finalizar, convém acrescentar que o período em que se desenvolveu a pesquisa mostrou-se bastante propício à reunião de informações. Correspondeu a um momento do calendário agrícola em que era exigida a presença dos agricultores nas áreas de produção para acompanhar a evolução da safra, sem, entretanto, se constituir numa fase intensiva, o que certamente teria prejudicado a grande disponibilidade e interesse que demonstraram ao longo de nossas longas entrevistas.

PARTE I

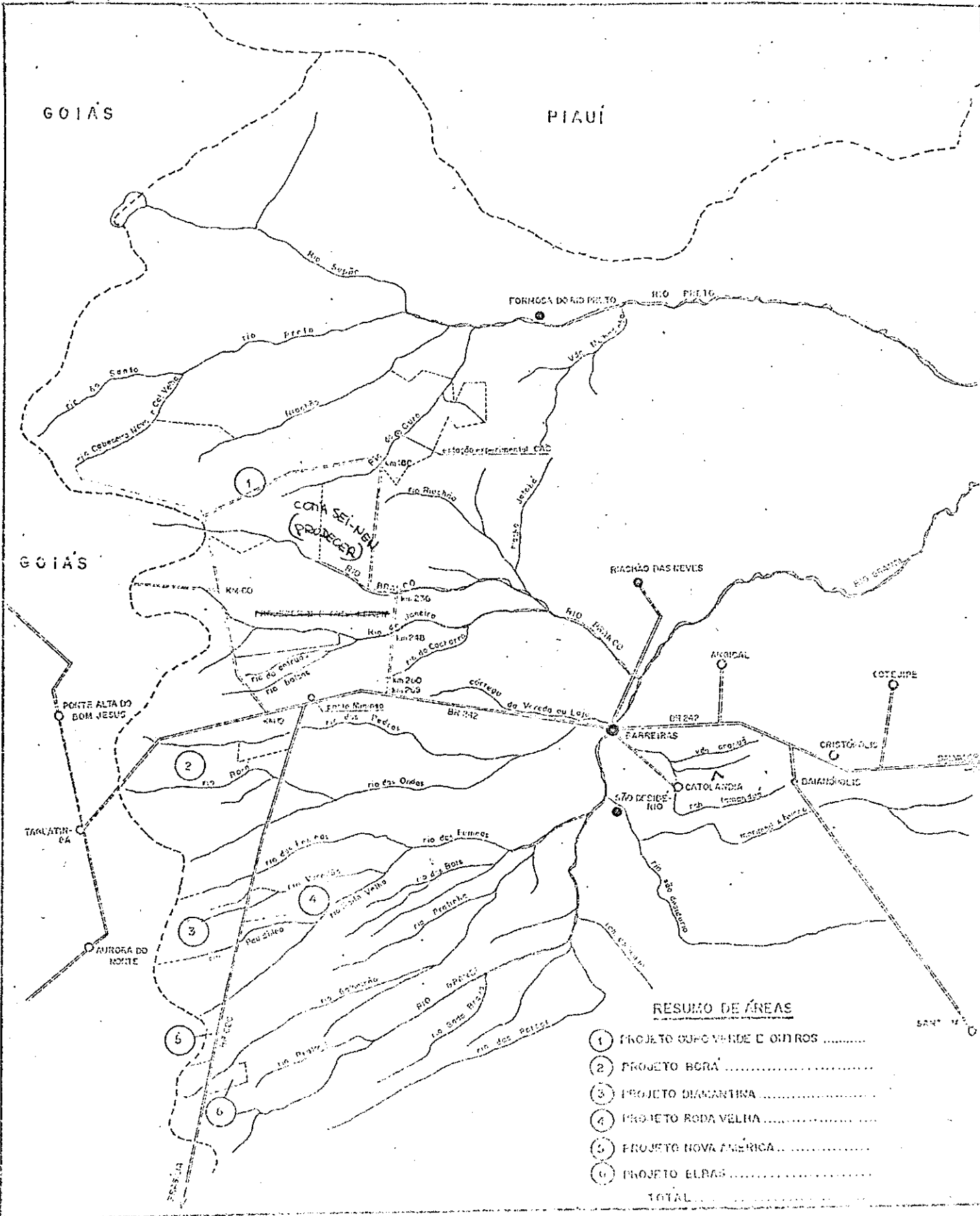
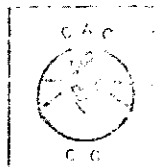
PESQUISA DE CAMPO EM
BARREIRAS

(Extremo-Oeste da Bahia)

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COLÍLIA - COOP. CENTRAL

LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS AGRÍCOLAS NO CESTE DA BAÍDA

DEPARTAMENTO DE PROJETOS FINANCEIROS ESCALA 1:1.000.000



RESUMO DE ÁREAS

- 1 PROJETO CUFU VERDE E ODIROS
- 2 PROJETO BORA
- 3 PROJETO DIAMANTINA
- 4 PROJETO RODA VELHA
- 5 PROJETO NOVA AMÉRICA
- 6 PROJETO ELRAS
- TOTAL

I. INTRODUÇÃO

Quando em 1978, alguns funcionários do governo federal resolveram conhecer os geraes baianos à procura de terras boas e baratas para novos investimentos, mal sabiam estar abrindo mais uma frente pioneira numa área pouco explorada dos cerrados, o extremo-oeste da Bahia.

Entre eles figuraram Hilário Capes, então assessor do secretário da agricultura do Distrito Federal, o baiano Pedro Dantas, e um jovem agrônomo paranaense, Antônio José Guadagni, que deixara para trás sua cidade natal, Piturma, pois as terras da família haviam-se tornado escassas para abrigar todos os seus membros.

Hoje, Antônio Guadagni possui 3.800 ha, uma firma de compra e venda de grãos e insumos (MAGRIL), um escritório de assistência técnica (ALENPLAN), além de exercer uma forte liderança política junto aos agricultores do sul que, como ele, vieram tentar a chance nessa faixa do nordeste tão pouco nordestina que são os cerrados baianos. De uma forma ou de outra - como pioneiro, especulador, empresário bem sucedido ou político sem legenda mas não sem tradição - Guadagni, apesar dos seus 35 anos, já faz parte da história de Barreiras, ao lado de expoentes como Geraldo Rocha, o grande benfeitor dos anos 40, preconizador da modernização, e de seus descendentes os Balbinos, ou ainda da família rival, os Braga, que povoaram com exclusividade as crônicas locais até o início desta década.

Antônio Guadagni trouxe consigo seis dos seus sete irmãos, que atuam nos mais diversos setores da economia barreirense. Sua história não é inédita na região, senão pelo grau e rapidez do êxito alcançado. Outros sulistas, gaúchos e paranaenses no essencial, desenvolveram trajetórias bastante similares, atraídos por 2 fatores os determinantes:

- o baixo valor da terra e a existência de juros subsidiados para investimentos agrícolas no Nordeste.

Mas apesar do espírito aventureiro e de estratégias familiares bem definidas, onde cada passo à frente supõe uma sólida

retaguarda, uma parcela não desprezível desses agricultores abandonou a empreitada no meio do caminho. Assiste-se a uma nova fase de ocupação dos cerrados cujos protagonistas são menos os indivíduos que os grupos econômicos privados ou as grandes cooperativas agrícolas. Assim, vêm somar-se às duas mil famílias de produtores do sul residentes na região, agricultores nissêis vinculados à Cotia, grupos empresariais de outras regiões do país e também gente que, no esteio de febre da soja, vem promover lazer e outras atividades que atendem a uma demanda urbana crescente por serviços básicos.

Em Barreiras, considera-se que o momento atual é de consolidação desse processo. Consolidação que significa maior rigor na "seleção natural" dos que devem permanecer nessa fronteira que já se vai fechando para muitos, não tanto pela ausência de "terras livres" a serem ocupadas, mas pela escassez dos recursos creditícios indispensáveis à sua integração. (1). Segundo o gerente do Banco do Brasil local "para quem chegar sozinho, com a família e a coragem, tornou-se quase impossível vencer. Há que vir em grupo agora, senão quebra". Em outras palavras a determinação dos "pioneiros" já não basta. A reestruturação espacial que ora vem se processando no extremo-oeste baiano obedece à dinâmica de acumulação do capital agrícola e agro-industrial.

(1) Esse relatório de campo foi realizado no 1º semestre de 86, antes da publicação do Plano Agrícola do governo Sarney que libera recursos volumosos para custeio, investimento e recuperação do solo.

II. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

1. Dados Gerais

Os inúmeros relatórios (1) elaborados pela CAR-SEPLANTEC, EMATERBA, CODEVASF e outras agências de extensão rural e planejamento atuantes no Além São Francisco dão ênfase, reiteradamente, ao "imenso vazio econômico e demográfico" que caracteriza o oeste baiano num passado recente, antes da penetração da frente de grãos nos cerrados.

Essa área que, partindo da margem esquerda do rio São Francisco alcança a divisão de Goiás, intercalada entre o Piauí ao norte e o estado de Minas Gerais ao sul, compreende quase 153.000 km². Vinte e cinco municípios integram essa faixa denominada "extremo-oeste baiano", drenada por uma rede hidrográfica importante que possibilitou por muito tempo pequena agricultura de vazante.

No âmbito desse trabalho, interessa-nos entretanto a parte mais ocidental dessa grande região onde predominam os cerrados e onde assiste-se, com maior impacto, à penetração da frente de grãos nos chapadões. Os municípios atingidos são Barreiras, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neses e São Desidério. Neles concentrou-se também nosso esforço de observação através da pesquisa de campo.

a) Aspectos Demográficos

Barreiras destaca-se como o grande núcleo urbano regional para o qual tem convergido essa população de novos agricultores, por oferecer melhores condições de moradia e infra-estrutura básica, ainda assim incipientes.

Em 10 anos (70-80), sua população que era majoritariamente rural (53%) torna-se, essencialmente urbana (72%), em proporções semelhantes à média do país. Esse processo de urbanização, aí registrado com tamanha rapidez, também atingiu os municípios vizinhos (população urbana apresenta taxas de crescimento superiores às da população rural), mas de forma mais branda, pois verifica-se que em 1980 entre

(1) Estratégia de Desenvolvimento do Oeste. Documento Síntese, SEPLANTEC-CAR-PDRI do Além São Francisco, junho de 1984, Governo João Durval, 111 págs.

Q U A D R O I

POPULAÇÃO RESIDENTE MUNICIPAL

Município	1970		1980		Δ 70-80		1985	Δ 80-85
	TOTAL	URBANA	TOTAL	URBANA	TOTAL	URBANA		
Barreiras	20.934	9.855 47%	41.462	30.055 72,36%	98 %	204 %	50.941	22,8%
F. Rio Preto	8.992	1.282 14,25%	11.886	3.623 30,48%	32,2%	182 %	13.823	16,2%
R. das Neves	14.686	3.083 21%	18.292	5.915 32.33%	24,5%	91,8%	20.199	10,4%
São Desidério	12.792	2.176 17%	14.924	3.177 21,28%	16,6%	46 %	16.366	9,6%

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1970 - 1980

IBGE Barreiras 1985 - estimativas

70% e 80% dos seus habitantes continuam residindo na área rural. (*)

Observa-se, portanto, um processo de urbanização extremamente concentrado no município de Barreiras, e cuja tendência é ter-se agravado ainda mais no período 80-85 em decorrência da abertura de novas áreas agrícolas nos chapadões por agricultores que preferem viver nos centros urbanos, usufruindo de algum equipamento coletivo e infraestrutura, que nas fazendas, de difícil acesso. Por outro lado, o fenômeno de valorização fundiária, subjacente a esta ocupação, leva naturalmente à expulsão de pequenos produtores e posseiros, deslocando-os para as periferias urbanas, reforçando tal tendência.

Barreiras conjuga ainda o maior incremento populacional da década: o número de habitantes dobra, praticamente, aí no período assinalado, sem dúvida em razão de saldos migratórios positivos bastante elevados.

É pelo menos curioso notar que São Desidério, cuja sede municipal encontra-se mais próxima e aparentemente integrada à dinâmica de Barreiras, é justamente o município que registra menor taxa de crescimento da população e menor taxa de urbanização, enquanto os municípios mais distantes e isolados parecem menos imunes às mudanças que se operam polarizadamente em Barreiras.

O que fica claro também pelos dados é a desaceleração da taxa de crescimento populacional a partir de 1980, (Barreiras) quando processa-se a nova fase de ocupação dos cerrados, agora no lastro da agro-indústria e da frente de grãos. Na verdade, o momento de maior expansão demográfica de fronteira parece situar-se no período que antecede a chegada da moderna agricultura de grãos. Nessa nova fase de expansão econômica, embora Barreiras ainda registre a maior taxa de crescimento da população municipal, o desnível entre ritmos de crescimento já é bem mais reduzido, indicando uma maior integração dos espaços periféricos à nova dinâmica regional.

(*) O crescimento da população rural nesses municípios parece ser apenas vegetativo.

A observação da tabela II revela uma queda em termos absolutos da PEA total em todos os municípios no ano de 80. Ao contrário, assiste-se a um aumento relativo importante da PEA agrícola, sobretudo nos municípios que gravitam em torno de Barreiras. Neles, 3/4 ou mais da população ocupada estariam trabalhando na agricultura em 1980, que seria, de fato, o setor de atividades a oferecer maiores oportunidades de emprego. Portanto, apenas Barreiras apresentaria uma estrutura de emprego mais diversificada, conforme a concentração de atividades terciárias que vem conhecendo. Por essa razão, tende a atrair ainda mais mão-de-obra que emigra para as cidades.

Já a tabela III indica pela diminuição da participação da categoria MFNR (membros da família não remunerados) mudanças significativas nas relações de produções vigentes anteriormente. No ano de 1970, verifica-se que nos quatro municípios estudados o trabalho familiar predomina amplamente. Já em 1980, ele recua justamente nos municípios "periféricos" a Barreiras, e sobretudo naqueles onde concentraram-se 10, 20 anos antes, comunidades camponesas (Riachão e São Desidério) ao longo dos vales).

Isso evidencia a dissolução das formas de produção mais atrasadas, voltadas em grande parte para a subsistência, e a penetração de novas relações de trabalho (aumento do assalariamento temporário, frequente nos desmatamentos).

É curioso notar que em Barreiras essa participação dos MFNR sobre o pessoal ocupado mantém-se estável, o que significaria a permanência e o desenvolvimento de unidades familiares possivelmente especializadas no abastecimento do mercado local, ampliado pelo crescimento da demanda urbana por alimentos. A nosso ver, isso explicaria o fato de Barreiras tornar-se em 1980 o município de maior peso da categoria MFNR. Dez anos antes, tal era a posição de Riachão das Neves, mas com características distintas pois predominava aí uma produção camponesa que só nos dois últimos anos na década de 70 foi alcançada pela modernização, sendo integrada no mercado financeiro e de insumos industriais através de programas do Banco Mundial.

Q U A D R O I I

PEA TOTAL E PEA AGRÍCOLA

Ano Município	1 9 7 0			1 9 8 0		
	POP. TOTAL	PEA TOTAL	PEA AGRÍCOLA PEA AG./PEA T.	POP. TOTAL	PEA TOTAL	PEA AGRÍCOLA PEA AGRÍC./PEA TOTAL
Barreiras	20.934	14.251	3.118 21,87%	41.162	13.316	3.834 28,8%
F. Rio Preto	8.992	6.068	3.672 60,5%	11.886	3.761	2.807 74,63%
Riachão da Neves	14.686	9.613	4.054 42,17%	18.292	5.574	4.877 87,49%
São Desidério	12.792	8.342	2.883 34,56%	14.924	3.963	3.107 78,40%

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1970 - 1980
(PEA 10 anos e mais)

O aumento absoluto e relativo dos MFNR não corresponderia, portanto, em Barreiras, a um fenômeno de "recampesinação", mas seria o resultado da própria intensificação da pequena lavoura, requerendo um volume maior de mão-de-obra em certos períodos da produção.

Há, também, um ligeiro acréscimo do volume de mão-de-obra agrícola entre 80-85, o que traduz ainda a existência de algumas possibilidades de expansão extensiva da agricultura, além de confirmar a tendência apontada pela PEA agrícola. Não resta dúvida que tais possibilidades eram bem mais numerosas entre 70 e 80, sobretudo fora de Barreiras. Isso denota novas características do atual processo de expansão agrícola, apontando para uma diminuição do emprego rural.

Estudo recente (Martine, 1985) revelou que o desenvolvimento da pecuária foi, nas áreas de fronteira e em alguns estados do Nordeste - Bahia sobretudo -, um importante fator de absorção de mão-de-obra. Ora, a tabela IV indica que a taxa de crescimento das áreas de pastagens foi infinita e notavelmente superior, na década de 70, à do pessoal ocupado, mostrando fraquíssima correlação entre ambas. Logo, a pecuária não parece ter gerado novas e numerosas ofertas de emprego na região. Foi, antes de mais nada, uma atividade especulativa.

Esta mesma tabela mostra também que, entre 80 e 85, foi registrada uma forte progressão da área de lavoura em três municípios (Formosa do Rio Preto, Barreiras e São Desíderio), sem que os índices de ocupação de mão-de-obra tenham acompanhado tal tendência. Na verdade, a taxa de crescimento do pessoal ocupado cai anualmente em relação ao período anterior. (Barreiras: 4,58% a.a. em 1970 e 2,67% a.a. em 1980; Formosa do Rio Preto: 6,14% em 70 e 5,09% a.a. em 80). Isso vem provar que a incorporação de novas áreas produtivas vem-se dando através de uma elevação da composição orgânica do capital, com queda do emprego rural. É a frente de grãos.

Finalmente, vale salientar que, ao longo dos anos 70, os quatro municípios estudados apresentam tendências de crescimento convergentes caracterizadas pela abrangência do fenômeno de urbanização. Verifica-se, em todos eles, redução absoluta da PEA total e aumento da partici-

Q U A D R O III

PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA

Município	1970		1980		1985	
	TOTAL	MFNR	TOTAL	MFNR	TOTAL	MFNR
Barreiras	6.039	5.152 85,31%	9.453	8.094 85,62%	10.788	-
F. Rio Preto	4.091	3.367 82,3%	7.427	5.696 79,69%	9.525	-
Riachão da Neves	4.007	3.809 95,05%	8.004	5.644 70,51%	9.515	-
São Desidério	6.770	6.265 92,54%	11.179	8.800 78,72%	12.634	-

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1970-1980
Sinopse Censo Agropecuário IBGE 1985

pação relativa da PEA agrícola sobre a PEA total. A nível da ocupação rural, parecem diminuir progressivamente as ofertas de emprego rural nos 2 períodos analisados, decaindo também o peso do trabalho familiar. Neste movimento, Barreiras destaca-se como o município catalizador destas mudanças.

b) Perfil Agrícola

Parece-nos necessário expor sumariamente alguns dados referentes à atividade agropecuária na região para melhor configurá-la através de informações censitárias. Para tanto, elaborou-se a tabela IV que nos mostra o seguinte:

1) a década anterior registrou a incorporação de extensas áreas à superfície agrícola municipal, acusando taxas de crescimento entre 250% (Formosa do Rio Preto) e 760% (São Desidério). O município de São Desidério que, em 1970, era aquele cuja área total dos estabelecimentos era a menor, passa em 1980 a deter a maior superfície ocupada. Já na primeira metade da década atual, tal posição é ocupada por Formosa do Rio Preto: 2/3 da sua área agrícola (738.343 ha) são constituídos em cinco anos. Isso evidencia que foram ocupados num primeiro momento as terras mais próximas do núcleo urbano regional e situadas na área de influência da rodovia BR-020 que liga Barreiras a Brasília e Salvador. Em seguida, a ocupação avançou em direção às áreas mais afastadas, pouco integradas e menos valorizadas que se encontram ao norte, na divisa com o Piauí.

2) na década de 70, a atividade mais favorecida pela expansão da área agrícola foi a pecuária. Com efeito, as pastagens, que já representavam a maior parte da superfície agrícola útil em 1970, conhecem uma progressão extraordinária, atingindo taxas de crescimento de até 8.000 %, como é o caso de São Desidério. Mas isso não significa um incremento, de fato, da produção. Essa pecuária que já era extensiva alcança, então, índices da ordem de 15 ha por cabeça de gado (São Desidério) ou, na melhor das hipóteses, 5 ha por cabeça de gado (Riachão das Neves). Ela foi, na verdade, um artifício para a especulação que ganha os cerrados baianos e que parece ter sido a atividade mais lucrativa da década.

Q U A D R O IV

TAXAS DE CRESCIMENTO AGRÍCOLA

Ano Município	1970	1980	Δ 70-80 T. C.	1985	Δ 80-85 T. C.
	<u>Barreiras</u>				
. estab.	1.457	1.634	12,1%	2.063	26,2%
. área total	70.467 ha	529.845 ha	652 %	509.564 ha	-3,8%
. área lav.	4.062 ha	15.563 ha	283 %	57.904 ha	272 %
. pastagens	18.279 ha	245.870 ha	1.245 %	n.d.	-
. pes. ocup.	6.039	9.453	56,5%	10.788	14,1%
<u>F. Rio Preto</u>					
. estab.	785	1.340	70,7%	1.634	21,9%
. área total	105.373 ha	374.598	255,4%	1.112.941 ha	197,1%
. área lav.	2.569 ha	6.008 ha	133,8%	48.031 ha	699,4%
. pastagens	5.055 ha	172.988 ha	3.322,1%	n.d.	-
. pes. ocup.	4.091	7.427	81,5%	9.525	28,2%
<u>Riachão da Neves</u>					
. estab.	1.502	1.722	14,6%	2.252	73,4%
. área total	80.651 ha	440.684 ha	446,4%	254.397 ha	-42,2%
. área lav.	3.482 ha	14.007 ha	72,1%	13.488 ha	- 3,7%
. pastagens	14.590 ha	191.650 ha	1.213,5%	n.d.	-
. pes. ocup.	4.007	8.004	99,7%	9.515	18,8%
<u>São Desidério</u>					
. estab.	1.767	2.687	52 %	3.178	18,2%
. área total	54.301 ha	574.856 ha	958 %	763.277 ha	32,7%
. área lav.	2.049 ha	10.685 ha	421,4%	42.382 ha	296,6%
. pastagens	22.154 ha	402.734 ha	8.431,3%	n.d.	-
. pes. ocup.	6.770	11.179	65,1%	12.634	13 %

Fontes: Censos Agropecuários Bahia, IBGE, 1970 e 1980

Sinopse preliminar Censo Agropecuário do Nordeste, IBGE, 1985

Bovinos

-Município	1970	1980	1985
Barreiras	19.999	32.187	31.720
F.Rio Preto	13.981	24.590	27.304
R. das Neves	17.490	40.444	49.785
São Desidério	15.843	25.248	29.238

3) Os anos 80 revelam novas tendências com a retomada de crescimento das lavouras a taxas bem superiores às registradas na década anterior, sem que isso tenha, entretanto, reflexos positivos sobre o emprego rural. O número de braços ocupados por hectare cultivado cai. Conclui-se que a fase especulativa parece ceder lugar às atividades produtivas.

4) A área média dos estabelecimentos rurais que em 1970 situara-se em torno de 45 ha (à exceção de Formosa do Rio Preto, com 134 ha) amplia-se de forma notável - passa para 270 ha - com destaque para Barreiras onde alcança, em 1980, 324 ha. Verifica-se, porém, nesse município um recuo sensível da área média em 1985, em razão da multiplicação dos estabelecimentos rurais conjugada à diminuição da área total dos mesmos, fenômeno este que pode estar ligado ao crescimento da área urbana, que vem-se dando num processo muito acelerado. A área média passa a ser aí de 247 ha, quase idêntica, portanto, à de São Desidério, estimada em 240 ha. Isso revela que ambos os municípios começam a dispor de uma estrutura agrária mais semelhante (o ritmo de crescimento das áreas de lavoura também apresenta em 1985 taxas muito próximas, o mesmo correndo com o pessoal ocupado).

Observa-se ainda que, na data do último censo, o município de Formosa do Rio Preto distingue-se dos demais possuindo a registrar área média muito superior, em torno de 700 ha. Caberia, averiguar que tipo de empresa/empresário vem-se instalando nessas áreas mais distantes e até recentemente com índices de ocupação mais baixos. O que parece ocorrer é a ampliação de estabelecimentos já existentes através da incorporação de novas áreas.

5) Restará explicar o que acontece com o município de Riachão

das Neves entre 80 e 85, pois diverge completamente das tendências observadas nos demais. Primeiramente, constata-se a criação bastante expressiva de novos estabelecimentos agrícolas (+ 73%); o que poderia significar desconcentração e melhor redistribuição da terra. Isso na verdade, se comprova com a retração da área média dos estabelecimentos que cai de 255 ha (1980) para 113 ha (1985). Porém, assiste-se a uma diminuição da superfície agrícola ocupada da ordem de 40% (- 255.000 ha), o que por si só explicaria essa mudança nos padrões médios. Mas o que teria provocado a perda de tantos hectares? Como não foi construída nenhuma barragem, nem inundadas terras que justificassem tamanha retração de área, recorreu-se ao IBGE na busca de uma interpretação. Foi constatado que 5 estabelecimentos, todos eles com superfície superior a 20.000 ha cada, não foram recenseados em 1985. Uma explicação que carece de explicações.

Resumidamente, o quadro IV indica a partir de 80 mudanças no uso da terra com progressão das áreas de lavoura até mesmo nas regiões mais afastadas do centro de trocas e escoamento (Barreiras), retração relativa da oferta de emprego rural; emergência de um novo padrão a nível dos estabelecimentos, cujas áreas médias vão variar em função da localização do município, grau de ocupação e, portanto, valor de terra. Fatores decorrentes do acentuado processo de urbanização, registrado com maior ênfase em Barreiras, têm levado à uma disputa pelo uso do solo agrícola, que, como nas grandes cidades e capitais, passa a ser apropriado para finalidades não-agrícolas.

2. Perfil fundiário

O tamanho médio dos estabelecimentos implantados nos cerrados baianos está na faixa dos 500-700 ha: de um lado, pequenas propriedades que variam entre 300 e 500 ha e de outro estabelecimentos cuja área oscila entre 700-1000 ha. Localmente, informou-se que a área média dos estabelecimentos nos geraes situava-se em torno a 300 ha, mas tal assertiva foi questionada pelo trabalho de campo que não descobriu nenhuma propriedade desse tamanho. Trata-se de propriedades compradas por produtores "gaúchos" às antigas elites agrárias locais que se mantêm à margem da "febre dos grãos" e preferem especular com o preço da terra que tem subido vertiginosamente desde 1978. A título de exemplo, cabe lembrar que, em 1979, 1 ha de terra bruta dos geraes valia Cr\$200,00; no início de 1984, custava Cr\$ 30.000; e em janeiro de 1985 atingiu Cr\$ 500.000. Tomando-se os dois últimos valores para efeito de cálculo do índice de aumento do preço da terra, retirada a taxa de inflação (1), constata-se que em 2 anos um hectare de terra bruta dos geraes valorizou

Essa fase altamente especulativa contribuiu para manter elevado o índice de concentração fundiária na MRH em estudo: 0,93 em 1984 (Serpro, Cadastro de Imóveis Rurais, 1985).

Ao lado dos especuladores, tanto indivíduos quanto empresas colonizadoras originários do Sul do país, multiplicaram-se os grileiros e os conflitos pela posse da terra. Acentuou-se a expulsão dos "moradores" empregados nas grandes fazendas de pecuária extensiva, dos posseiros que ocupavam áreas devolutas ou esquecidas daqueles que se consideravam seus donos sem mesmo terem-nas demarcado ou titulado. Aparentemente, nesse processo, houve uma certa divisão de papéis: a grilagem teria ficado por conta das elites locais, que estendiam seus direitos sobre os geraes à medida que se valorizava a terra. A especulação no mercado de terras teria sido obra dos "gaúchos" entendidos aqui como o pes

(1) taxa de inflação anual em 1984:

em 1985:

"soal do sul" que nas suas indas e vindas entre Barreiras e o Rio Grande atraíam compradores eventuais, seduzidos pelos preços vantajosos dos cerrados e pela possibilidade de reproduzir aí em escala maior um sistema que já encontrara limites à sua expansão nos marcos dos estados do sul (baixa disponibilidade de terras; necessidade de inversões altíssimas, de K por unidade de área para elevar a produtividade, esgotamento dos solos).

Nos primeiros anos, inexistiam empresas colonizadoras na região. Todas as transações de compra e venda de terrenos eram realizadas por corretores individuais muitas vezes também produtores, que compravam áreas bastante extensas (10.000-15.000 ha) e em seguida revendiam parte a vizinhos ou familiares. Isso levou a que se constituíssem algumas colônias ("comunidades rurais"), agrupando agricultores segundo sua região de origem. A pesquisa de campo revelou a existência de pelo menos 2 colônias agrícolas e outros projetos:

- Colônia Novo Paraná: 50 famílias, município de São Desidério, distante 110 km da cidade de Barreiras.
- Núcleo Bela Vista: 100 eleitores, município de Barreiras, distante 150 km da sede.
- Projetos Ouro Verde e Campo Largo, município de Formosa do Rio Preto, a 200 km da cidade de Barreiras, reúnem exclusivamente cooperados de Cotia. O primeiro conta com 60 produtores associados.

A diferença entre as colônias sulistas e os projetos da Cotia reside sobretudo no fato das primeiras constituírem-se em núcleos de povoamento de tipo comunitário que levam ao surgimento de proto-cidades, a partir da implantação de infra-estrutura básica e da preservação de uma identidade cultural.

Os projetos, ao contrário, não passam de áreas delimitadas para exploração agrícola.

Posteriormente, surgiram empresas colonizadoras, algumas até com experiência em outras regiões de fronteira no Centro-Oeste

como a Norbrás, que colonizou Mato Grosso. A Norbrás é, no presente, a única empresa atuante ao lado dos corretores individuais. Ela veio de Cascável, no Paraná, e dedica-se exclusivamente aos loteamentos, sem aplicar na lavoura nem implantar projetos de colonização particular pelo menos oficialmente.

Se nos primeiros anos da ocupação, os produtores individuais foram os agentes da modernização, de 83 para cá, o setor empresarial vem ampliando sua participação nos cerrados, tanto a nível fundiário quanto em escala de produção. Atualmente, segundo estimativas da CAR, as cooperativas e seus associados detêm mais de 920 mil hectares conforme demonstra o quadro abaixo.

ÁREA DAS COOPERATIVAS E GRANDES EMPRESAS NA
REGIÃO DOS CERRADOS BAIANOS

EMPRESAS	ÁREA DE PROPRIEDADE (ha)	
<u>1. Cooperativas</u>		
COTREL	43.000	
WITMASUN	23.000	
COTIA	440.000*	
COACERAL	100.000	
COPIERGEL	320.000**	
Sub-Total	926.000	
<u>2. Empresas de grande porte</u>		
RIEGER agrop.	33.000	* área da cooperativa e áreas individuais dos seus associados.
AGRONOL	12.000	
AGROCEL	7.200	** área dos associados
MONTE-TABOR	3.175	
VALE DO R.G. REFLORESTA - MENTO	140.000	
FORTE: CAR (1986) Sub-Total	195.375	Total: 1.121.375

Uma ressalva faz-se, no entanto, necessária já que a área da Copergel é em grande parte zona de atuação e não de propriedade, sendo que seus cooperados pertencem à massa de produtores "gaúchos" que migraram espontaneamente, para o oeste baiano. Muitos dos seus filiados tampouco trabalham com a cooperativa o que não lhe dá o mesmo perfil da Cotia por exemplo, que pode ser, está sim, assimilada a um grande grupo empresarial.

As empresas de grande porte acima citadas representam parte do universo existente. São aquelas cuja superfície agrícola é conhecida, bem como seus proprietários.

Mas avaliar a dimensão média das grandes propriedades pertencentes às várias firmas agropecuárias de capital privado implantadas na região é tarefa difícil. Pode-se avançar apenas que ocupam, via de regra, áreas entre 10.000 e 30.000 ha.

Segundo o INCRA, em 1984, os imóveis rurais de menos de 100 ha representam 45,5% do total e detêm 0,7% da área cadastrada (Serpro, Cadastro de Imóveis Rurais, 1985), nos quatro municípios onde foi efetuada a pesquisa, a saber, Barreiras, São Desidério, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves. Já os imóveis com área superior a 1.000 ha correspondem a 16% do número total de imóveis, embora ocupem 90% da superfície agrícola. Essa repartição profundamente desigual da terra estabelece uma área média das propriedades em torno de 2.000 ha, segundo as fontes cadastrais.

A pesquisa de campo revelou, entretanto, que a área média das unidades familiares produtoras de grãos situa-se entre 500-700 ha. Assim, um novo padrão fundiário teria surgido regionalmente, contrapondo-se à antiga estrutura de propriedade bastante concentrada assentada no binômio latifúndio-minifúndio. No entanto, a chegada de grandes grupos empresariais, substituindo-se à colonização individual dos primeiros anos de abertura da fronteira, tende a comprometer a consolidação desse padrão emergente, já que tais grupos apropriam-se áreas de grande extensão.

A tabela V mostra que, em seis anos, apenas a área total dos imóveis rurais dobrou, passando de quase 5 milhões de hec

QUADRO V

Municípios	Nº de imóveis rurais		Δ 84/78	Área total de imóveis (Ha)		Δ 84/78
	78	84		78	84	
1. Barreiras	560	1.220	117%	748.390	1.832.520	145%
2. Formosa do R.P.	490	1.050	114%	1.840.645	4.089.915	122%
3. Riachão das Neves	716	1.292	80%	1.030.220	1.451.475	40%
4. São Desidério	581	1.517	161%	1.349.760	2.858.890	112%
T O T A L	2.347	5.079	116%	4.969.015	10.232.800	103%

Fonte: Cadastro de Imóveis Rurais, 1978 e 1984 - INCRA

tares em 1978 para mais de 10 milhões de hectares em 1984. O ritmo de crescimento do número de imóveis foi ligeiramente superior confirmando a tendência à desconcentração da propriedade fundiária. Esse fenômeno, segundo o quadro abaixo, teria ocorrido de forma mais expressiva nos municípios de Riachão das Neves e São Desidério, onde a procura por cerrados não é tão forte quanto nos demais municípios. Riachão das Neves, por exemplo, possui, a leste, uma grande faixa de terras (do município) fora dos cerrados, que tem sido ocupada por frentes camponesas.

Pode-se aventar a hipótese que a pressão ora exercida sobre as terras dos cerrados e a grilagem daí resultante tenha levado pequenos produtores e antigos moradores a deslocarem-se para áreas menos concorridas pelo capital agrícola e agro-industrial. Mas seria necessário não só confirmar essa idéia, como apontar outros fatores que estariam influenciando na redução da área média dos imóveis rurais nesses municípios, e sobretudo em Riachão das Neves. A observação dos quadros VI e VII, referentes à classificação dos imóveis rurais por estrato de área, indica que neste município, 51% das propriedades têm área inferior a 100 ha em 1978; já em 84 essa porcentagem sobre para 58,5%, sendo a participação mais relevante no conjunto dos municípios. Já Barreiras é o município que registrou maior recuo percentual dos imóveis de até 100 ha, que caem de 64% em 1978 para 41% em 1984.

Riachão das Neves destaca-se ainda como o município de expansão mais reduzida da área ocupada por imóveis rurais (40%) no período assinalado, o que reitera seu papel diferenciado face à nova dinâmica de ocupação criada pela frente de grãos. Ainda observando-se a tabela V, e comparando-se a área total cadastrada em 1984, nos quatro municípios, com a estimativa feita pela CAR de que 1.200.000 ha aproximadamente teriam sido apropriados nos cerrados por agricultores e grupos empresariais implicados na produção de grãos, constata-se que uma ínfima parte (11%) estaria sendo ocupada em princípio por setores ligados a agro-indústria de grãos. Isto significa que esse novo contingente de produtores, embora expressivo enquanto setor com grande capacidade de acumulação, está longe de ter peso semelhante a nível de estrutura fun

Municípios	0-10 ha		10-50 ha		50-100 ha		100-500 ha		500-1000 ha		+ 1000 ha	
	nº Imóv.	Área	nº Imóv.	Área	nº Imóv.	Área	nº Imóv.	Área	nº Imóv.	Área	nº Imóv.	Área
1. Barreiras	52 9,2	275 0,03	171 30,5	4.071 1,8	94 16,7	6.062 0,8	124 22,1	24.166 3,2	71 12,6	39.386 5,2	48 8,5	674.426 90,1
2. Formosa R.P.	17 3,4	97 0,005	60 12,2	1.568 0,8	58 11,8	3.998 0,7	184 37,5	41.786 0,4	81 16,5	45.413 2,4	90 18,3	1.747.779 958,1
3. Riachão das Neves	68 9,5	368 0,03	190 26,5	4.933 2,0	109 15,24	7.025 0,6	225 31,4	51.300 4,9	46 6,4	28.129 2,7	77 10,7	938.461 91,18
4. São Desidério	65 11,1	346 0,02	166 28,5	3.969 0,3	64 11,0	3.983 0,3	138 23,7	29.272 0,4	93 16,0	48.738 3,6	55 9,4	1.263.446 93,6
TOTAL	202 8,6	1.086 0,028	587 258	14.541 0,38	325 13,88	21.068 0,48	671 28,5	146.524 2,98	291 12,48	161.666 3,28	270 11,58	4.624.112 938

Fonte: Cadastro de Imóveis Rurais, 1978 e 1984 - INCRA

Municípios	0-10 ha		10-50 ha		50-100 ha		100-500 ha		500-1000 ha		+ 1000 ha	
	nº Imóv.	área	nº Imóv.	área	nº Imóv.	área	nº Imóv.	área	nº Imóv.	área	nº Imóv.	área
1. Barreiras	89 7,3	476 0,02	280 22,9	6.857 0,3	133 10,9	8.888 0,4	288 23,6	65.513 3,5	189 15,5	109.041 5,9	241 19,7	1.641.743 89,5
2. Formosa R.P.	89 8,4	339 0,008	185 17,6	4.672 0,1	155 14,7	10.425 0,2	307 29,2	68.611 1,6	157 14,9	87.316 2,1	157 14,9	3.618.550 88,4
3. Riachão das Neves	154 11,9	771 0,05	413 31,9	10.367 0,7	189 14,6	12.010 0,8	350 27,0	76.890 5,3	66 5,1	41.118 2,8	120 9,2	1.310.314 90,2
4. São Desidério	124 8,1	661 0,02	328 21,6	7.699 0,2	172 11,3	10.340 0,3	305 29,1	68.043 2,3	257 16,9	142.202 4,9	331 21,8	2.629.945 91,9
TOTAL	456 8,98	2.247 0,028	1.206 23,78	29.595 0,38	649 12,78	41.663 0,48	1.250 24,68	279.053 2,78	669 13,18	308.577 3,78	849 16,78	9.200.552 908

Fonte: Cadastro de Imóveis Rurais, 1978 e 1984 - INCRA

diária local, que, muito provavelmente, permanece fortemente controlada pelas grandes famílias oligárquicas da região. Valeria à pena identificar, numa outra ocasião, os setores econômicos e políticos que continuam retirando sua força do monopólio da terra nessa área.

O quadro VIII. informa sobre o grau de utilização das terras (GUT) na região. Percebe-se em primeiro lugar que cresceu a taxa de ociosidade da terra, passando de 57,3% em 1978 para 69,8%, o que mostra que a maior parte das novas áreas incorporadas respondem a interesses especulativos. Essa frente especulativa parece atingir sobretudo Formosa do Rio Preto, município mais afastado do núcleo dinâmico polarizado pela cidade de Barreiras e portanto menos bem localizado e integrado na fase atual de ocupação e valorização dessa franja dos cerrados. Logo, onde o valor da terra nua deve ser mais barato, em função da ausência quase total de infra-estrutura básica (energia, estradas, etc.).

Registra-se aí uma redução da área explorada tanto em termos relativos quanto absolutos (-250.000 ha) o que sugere o refluxo de antigas formas de produzir aí existentes. O mesmo fenômeno ocorre em Riachão das Neves mas com menor intensidade.

Barreiras sobressai-se como o município de maior crescimento da área produtiva (54,5% em 1984), o que se explica pelas vantagens comparativas que oferece frente aos municípios vizinhos.

Constata-se, pois, que a ocupação produtiva do extremo-ocidente baiano vem-se dando a partir de Barreiras, ao longo dos eixos rodoviários que se dirigem para Taquatinga, em Goiás (BR-242) e Brasília (BR-020).

É bem possível que a porcentagem de terras não-exploradas seja ainda superior à inferida no quadro IV, na medida em que existe uma diferença muito forte entre área total e área aproveitável. Segundo os dados de 1984, 30% da área cadastrada de Barreiras (600.000 ha) seria inadequada; em Formosa do Rio Preto mais de um milhão de hectares são contabilizados como impróprios ao cultivo. É curioso que numa região de condições tão favoráveis ao desenvolvimento de uma agricultura intensiva em larga escala, graças ao seu relevo plano e uniforme e aos solos de boa qualidade, embora pobres em nutrientes, quase 1/3 da superfície ocupa

QUADRO VIII

Municípios	1 Área Total (Ha)		2 Área Aproveitável Total (Ha)		3 Área Explorada			
	78	84	78	84	78	(78) 3/2	84 (84) 3/2	
1. Barreiras	748.390	1.832.520	437.340	1.230.035	186.345	42,6%	671.040	54,5%
2. Formosa do R.P.	1.840.645	4.089.915	1.334.050	2.741.590	749.980	56,2%	501.710	18,3%
3. Riachão das Neves	1.030.220	1.451.475	792.600	1.032.680	360.570	45,5%	332.420	32,2%
4. São Desidério	1.349.760	2.858.890	1.007.440	2.068.090	231.390	23%	636.415	30,7%
T O T A L	4.969.015	10.232.800	3.571.430	7.072.385	1.528.285	42,7%	2.141.585	30,2%

Fonte: Cadastro de Imóveis Rurais, 1978 e 1984 - INCRA

da, isto é, mais de três milhões de hectares, não sirvam à atividade agropecuária. Levando-se em conta também o estágio de conhecimento da tecnologia e da agricultura de cerrados já alcançado em outros estados, essa cifra torna-se ainda mais exagerada. O que deve estar acontecendo é que boa parte da área cadastrada como inaproveitável deve encobrir terras ociosas que escapam, graças a este artifício, a uma eventual taxaço fiscal, já que só a área declarada aproveitável pelo proprietário fica submetida a ITR.

Aproximando-se, sem grande rigor, os dados do cadastro relativos à área explorada para o ano de 1984, ou seja perto de 2 milhões ha da superfície plantada com soja e arroz na safra 84-85 que foi, segundo a COPERGEL, de 105.000 ha, salta aos olhos, mais uma vez, a expressão ainda pequena da frente de grãos na ocupação produtiva dos cerrados baianos, dominada pela pecuária (que, na verdade, esconde um grau de ociosidade ainda maior).

Finalmente, vale conhecer o tipo de propriedade que mais foi favorecido pela expansão da fronteira. De modo geral, agregando-se os dados dos quatro municípios, mantém-se praticamente inalterada a participação relativa de cada grupo de área no período observado. A única variação significativa ocorre com os imóveis acima de 1.000 ha cujo percentual sobe em 1984 para 17% (11% em 1978).

O grau de concentração fundiária por estrato de área permanece assim bastante elevado, com 90% das terras cadastradas pertencendo a essas propriedades com área superior a 1.000 ha. Foram elas as grandes beneficiadas nesse processo.

Analisando-se rapidamente a evolução interna a cada município verifica-se que Barreiras e São Desidério apresentam ambos uma diminuição percentual do número de imóveis com área inferior a 100 ha enquanto aqueles com mais de 500 ha registram forte progressão; isso evidencia que nas regiões de maior disputa pela terra as propriedades menores perdem em representação face à multiplicação dos grandes latifúndios.

III. NOVA ATIVIDADE AGRÍCOLA E O MERCADO DE GRÃOS

Na década de 70, o Estado da Bahia incorporou 8 milhões de hectares (LAVINAS, 1985) à sua superfície agrícola, sendo as áreas do extremo-oeste do estado àquelas que assinalaram progressão mais forte.

Grande parte dessa área permanece inexplorada, mas sua abertura para fins agrícolas é crescente, no esteio sobretudo da soja, que surge aí pela primeira vez na safra 81-82 (vide quadro XI). O arroz, cujo crescimento vinha-se destacando, passa então para segundo plano dentre os cultivos dos cerrados baianos.

Enquanto cultura de abertura (mais tolerante com a acidez dos solos de cerrados), o arroz oferece rendimentos médios por hectare superiores no 1º ano de cultivo, perdendo em seguida terreno para a soja que proporciona maior rentabilidade por unidade de área e de capital investido.

QUADRO XI

CERRADOS BAIANOS *

Evolução do plantio da soja

<u>Safra</u>	<u>Área Plantada</u>	<u>Produção (T)</u>	<u>Rendimento Médio</u>
80-81	-	-	-
81-82	320	192	600 kg/ha
82-83	7.000	4.200	600 kg/ha
83-84	27.727	***	***
84-85	58.000	69.800	1.203 kg/ha
85-86***	80.000	120.000	1.500 kg/ha

Fonte: CAR, 1986

* Municípios de Barreiras, Formosa do Rio Preto, São Desidério e Riachão das Neves.

** Seca levou a uma perda quase integral da colheita.

*** previsão

Apenas, quando, por circunstâncias ditadas pelo mercado, como foi o caso na atual safra 85-86, aumentou-se o VBC do arroz (1), este apresenta melhores condições de competir com a soja, ainda assim longo de sobrepujá-la.

O quadro X mostra a evolução das culturas de maior expressão no oeste baiano nos últimos 3 anos.

QUADRO X

ÁREA CULTIVADA POR CULTURA

Cultura	Área plantada por safra (ha)		
	83-84	84-85	85-86*
soja	27.727	58.000	96.000
arroz	26.600	20.010	44.000
milho	15.000	14.450	18.000
feijão	7.000	8.995	10.000
mandioca	3.776	3.135	4.000

Fonte: Copergel, 1986

* estimativa

(1) Os bancos liberaram 80% do valor total do custeio para o arroz, contra 50% para a soja, que, apresenta ainda custos de produção bem mais elevados que o arroz.

Vê-se, como já foi apontado, uma nítida recuperação do arroz nesta safra, decorrente do aumento consentido pelo Governo na liberação do crédito agrícola. Ainda assim, o arroz expande sua área cultivada em apenas 60%, enquanto a soja progride 350%, sendo que ambos ocupavam superfície praticamente idêntica em 1983.

O milho apresenta, por sua vez, um crescimento expressivo em termos absolutos, indicando que, ao contrário do que se verifica em outras regiões do cerrado (vide parte II do presente relatório), não se constitui numa cultura rentável. Mantém-se, aparentemente, como cultura de "subsistência", ou seja, destinada essencialmente ao consumo familiar e à alimentação do gado bovino e suíno no interior das propriedades, fazendo parte dos custos internos. De fato, a pesquisa de campo revelou que nas grandes unidades produtoras de soja e arroz que surgiram nos cerrados, o plantio de milho é residual. Entretanto, destaca-se nas fazendas tradicionais e na pequena produção familiar, responsáveis pelo abastecimento local.

O quadro anterior, ao reagrupar indistintamente todas as culturas regionais sem discriminar o que é plantado nos cerrados ou nas franjas do semi-árido e ao longo dos vales, oculta a maior ou menor adequação das terras dos cerrados ao desenvolvimento dessas culturas (feijão, milho etc). Por outro lado, indica a que ponto a dinâmica de valorização das terras de mais difícil acesso (falta de infraestrutura viária, distância dos grandes centros urbanos) e recuperação (tanto pelas suas deficiências químicas em nutrientes, quanto pelos altos custos adicionais indispensáveis à correção dos solos) tem prejudicado o aproveitamento mais rentável de áreas mais próximas, mais férteis e onde predominam as culturas imediatamente alimentares, que acabam sendo penalizadas.

Tal tendência pode ser comprovada por dados do Banco do Brasil (quadro XI), que controla 95% do crédito agrícola distribuído na área. Dos 121.000 ha financiados em toda a região, mais de 110.000 ha, aproximadamente 95% foram plantados com soja e arroz. Posto que somente 10% da área total financiada não seriam cerrados (12.000 ha), fica evidente que a nova orientação do crédito localmente vai no sen-

tido de dar prioridade à valorização das áreas mais novas, o que deve contribuir para desacelerar a progressão das culturas tradicionais nas áreas mais antigas.

QUADRO XI

SAFRA 85-86: ÁREA FINANCIADA PELO BANCO DO BRASIL

<u>Culturas</u>	<u>Área (ha)</u>
Soja	75.276
Arroz	39.600*
	Subtotal: 114.876
Milho	3.295
Mandioca	1.214
Feijão	2.178
	Subtotal: 6.687
 TOTAL ÁREA FINANCIADA: 121.563	

Fonte: Agência BB de Barreiras

* 5.000 ha aproximadamente estariam fora dos cerrados, concernendo as várzeas

Novas culturas tendem a ampliar esse quadro nos próximos anos. Busca-se desenvolver o milho e com ele estimular a suinocultura, ainda inexpressiva localmente.

O sorgo aparece como uma alternativa cultural das mais interessantes por ter um ciclo mais longo, podendo ser colhido após as safras de arroz e soja.

A grande limitação dos cerrados baianos continua sendo o regime das chuvas, que restringe a atividade agrícola aos meses de outubro a abril (meses de precipitação). O arroz, por exemplo, extremamente sensível, vem sofrendo com a frequência dos veranicos que frustram as colheitas (83).

É bom assinalar que o calendário agrícola das duas culturas de maior expressão, soja e arroz, é extremamente concentrado, de fins de outubro a início de maio, sendo o resto do tempo empregado para

limpa e trabalho de solo, além das diversas tarefas de manutenção (ca-
tação de raiz, abertura de novas áreas).

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

Soja		plantio		colheita					
		⋮		⋮					
Arroz		⋮	plantio	⋮	colheita	⋮			
		⋮	⋮	⋮	⋮	⋮			
		⋮	⋮	⋮	⋮	⋮			
		⋮	⋮	⋮	⋮	⋮			
		⋮	⋮	⋮	⋮	⋮			
		O	N	D	J	F	M	A	M
								J	A
									S

A pecuária, atividade outrora e ainda dominante nos geraes , parece bastante circunscrita à faixa leste da região, onde prevalecem ainda os grandes latifúndios. Nos cerrados, a formação de pastagens a vança e os rebanhos aumentam seus efetivos a cada ano. Estes parecem restritos às grandes propriedades, ao passo que nas unidades de porte médio (300-500 ha) cria-se algum gado leiteiro, apenas para o consumo familiar, já que não há disponibilidade de terras para se desenvolver uma pecuária extensiva e que a soja revela-se economicamente como o melhor investimento.

a) Custos de Produção

Quanto aos custos de produção, a pesquisa revelou que na sa-
fra 85-86 eles eram assim estimados, segundo as diferentes fontes con-
sultadas:

SOJA - CUSTO DE PRODUÇÃO POR HA (Cz\$) (1º ano de cultivo)

Fonte Operações	COPERGEL	CAR
Desmatamento e cala- gem (1 ha)	Cz\$ 2.370.000	
Plantio e colheita (1 ha)	Cz\$ 2.090.000	
Custo Total (1 ha)	Cz\$ 4.460.000	Cz\$ 6.000.000

Na época da pesquisa, com o preço da saca de soja a Cr\$ 110.500 no mercado nacional (Agroanalysis, jan. 86), mas paga localmente a Cr\$ 90.000, eram necessárias 23 S/ha para cobrir apenas os custos de custeio do plantio. Ora, como a produtividade média gira em torno de 25 sacos/ha (previsão 85-86), fica claro que o cultivo da soja parece muito pouco rentável, ao contrário do que se poderia esperar. Considerando-se que 60% da produção dos cerrados baianos foram comercializadas dentro do mercado nordestino (Ind. Coelho, Oiticica, etc), a preços ligeiramente superiores ao preço nacional (+ 10%), os agricultores que conseguiram escoar sua produção junto às processadoras regionais, obtiveram um sobrelucro não-desprezível, reembolsando o custeio da safra com 17 s/ha. No 1º ano de cultivo, entretanto, todo e qualquer agricultor parece fadado a obter lucros negativos, a menos que sua produtividade média alcance 40 s/ha, o que é plenamente improvável.

As estimativas elaboradas pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) para a região Centro-Oeste, nessa mesma safra indicam valores da mesma ordem daqueles calculados pela COPERGEL, ainda que mais elevados. Segundo a OCB, o custo de produção de 1 ha de soja corresponderia no ano agrícola 85-86 a Cr\$ 2.802.074. A diferença observada entre este valor e aquele apresentado pela COPERGEL parece residir no fato desta não ter incluído no custeio as despesas com a correção de solo (calcário), computadas juntamente com os custos referentes ao desmatamento. Se considerado tal gasto no custeio, seu valor teria sido provavelmente acrescido de, no mínimo, Cr\$ 250.000, conforme cálculos feitos pela OCB para os itens "calcário e transporte" (mesmo assim essa estimativa para Barreiras estaria relativamente defasada, pois os insumos agrícolas chegam nessa área a preços superiores aos praticados em outras regiões do Centro-Oeste em razão do frete mais caro).

É interessante comparar esses dados com as estimativas feitas para a região Centro-Sul. Esta mesma entidade avalia em Cr\$ 2.753.470 o custo de produção de 1 hectare de soja no sul.

Temos, portanto:

QUADRO XII

SAFRA 85-86 REGIÃO	Custeio de soja (1 ha)	Rdt/ha* (sacas)	Rdt/ha** (sacas)
Barreiras	Cr\$ 2.340.000	25	23
Centro-Oeste*	Cr\$ 2.802.074	35	31
Centro-Sul *	Cr\$ 2.753.470	35	23

Fonte: *OCB - Custo de Produção, Região Centro-Oeste e Centro-Sul, safra 85-86.

**IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1986 (fev. 1987)

COPERGEL, pesquisa de campo

A observação dos custos de produção por região nos induz a pensar que os valores apresentados para Barreiras estejam, de fato, subestimados. Depreende-se do quadro aquilo que já se presumia, ou seja, os custos de produção continuam um pouco mais vantajosos nas áreas de antiga produção. No fator localização-proximidade com o mercado — reside provavelmente a maior competitividade dessa região frente às áreas de cultivo mais recente, que apresentam não apenas rendimentos médios idênticos, mas já apontam ganhos de produtividade relevantes. Na safra 86-87, por exemplo, a produtividade média para o Centro-Oeste foi de 36 s/ha, enquanto o Centro-Sul registrou rendimentos de 33 s/ha (OCB, 1987).

Mas há que convir que a diferença interregional entre os custos de produção é pouco expressiva, revelando padrões de cultivo muito semelhantes nas duas regiões, a já consolidada e as mais recentes. Esse gap tende a desaparecer rapidamente pois o progresso técnico caminha no sentido de "anular a localização como causa de renda diferencial, criando mercados locais" (Graziano, Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, 1981).

É esse aspecto que vem contribuindo para a inserção dos cer rados baianos no complexo agro-industrial de grãos. Graças à possibilidade de inversões vultuosas de capital na agricultura regional, a renda da terra deixa de ser um entrave à valorização capitalista do solo. Assim, os antigos latifúndios de pecuária extensiva nos geraes, mas também as pastagens comunitárias, cedem lugar às empresas agrícolas produtoras de grãos, sejam elas familiares ou em sociedade anônima, com elevada composição orgânica do capital.

Apesar de rendimentos ainda bem abaixo das médias regionais, tal como indica o quadro, e de custos de produção certamente mais onerosos, Barreiras usufrui de vantagens comparativas "relativas" que a mantem no páreo, disputando no mercado, mas num mercado em potencial, o das indústrias processadoras de oleaginosas do nordeste. São estas, na verdade, que estão viabilizando o processo ora em curso. É a existência de uma forte ociosidade nessas indústrias, conjugada à baixa rentabilidade das oleaginosas tradicionais - dendê, algodão, mamona - que tem levado à ampliação da demanda industrial regional por soja, fazendo assim com que a produção do extremo-oeste baiano tenha à sua disposição uma espécie de mercado cativo. Resta saber se a demanda regional por soja é suficientemente elástica a ponto de alimentar esse processo de intensificação da agricultura até que se obtenham ganhos de produtividade que tornem a região mais competitiva no interior do mercado nacional como um todo. As dificuldades de escoamento (ausência de estradas vicinais) e o elevado custo do frete rodoviário penalizam a produção regional no momento.

Se existirem possibilidades de expansão reais para as processadoras de oleaginosas nordestinas, é possível que as demais áreas de penetração recente da soja, isto é, norte de Goiás, sul do Maranhão e Mato Grosso, engrossem as fileiras dos fornecedores regionais, aumentando a competição intra-regional. Mas isso não leva à "abertura" desse mercado e ao aumento da concorrência inter-regional ?

É preciso analisar detalhadamente esse aspecto, buscando esclarecer o papel dos setores regionais tradicionais no interior do complexo agro-industrial.

Por último, cabe assinalar que a COTIA, por sua vez, após o Plano Cruzado, isto é, em junho de 1986, avaliou os custos de implantação de uma unidade agrícola de 400 ha, módulo padrão dos seus cooperados, em Cz\$ 4.031.900,00 (ou seja, Cz\$ 10.324.84/ha plantado). A este valor corresponderia a abertura de 320 ha, sendo 315 ha cultivados com soja (35 ha) e arroz (280 ha). Nesse cálculo, compreendem-se às despesas com custeio das safras, benfeitorias, correção de solo, maquinaria e desmatamento (o preço de compra da terra não foi, evidentemente, computado). O item máquinas e implementos representando 27.6 % do total e o item correção do solo participando com 30,6%. Logo, esses dois itens somados correspondendo a quase 60% do investimento previsto dão idéia do modelo agrícola que se busca implantar e do padrão de acumulação que lhe é subjacente.

b) Mercados

Como foi assinalado anteriormente, a soja plantada nos cerrados baianos é prioritariamente escoada dentro do mercado nordestino, junto às processadoras tradicionais (aproximadamente 60% da produção).

Embora alguns agentes econômicos entrevistados tenham afirmado que parte da produção alcança o mercado internacional via exportação pelo porto de Tubarão, pois os portos do Nordeste ainda não dispõem de condições de transbordo para graneleiros, e tampouco existem corredores de exportação que cumpram a função de carregar o produto até o litoral a preços competitivos, constatou-se que volumes muito inexpressivos (2.000 t em 1985) tiveram efetivamente destino externo.

Além da oferta de grãos ser ainda reduzida nessa região, os elevados custos decorrentes do transporte inviabilizam essa opção. Basta lembrar que enquanto a tonelada de soja transportada valia US\$ 10 no Paraná e São Paulo na safra 85-86, o preço praticado em Barreiras atingia US\$ 40/t. É interessante assinalar, por outro lado, que o frete marítimo internacional Santos-Le Havre variava nessa mesma ocasião entre US\$ 6/t e US\$ 8/t.

O resto da produção é comercializada junto às grandes firmas de grãos, notadamente CARGIL e SANBRA, ambas, de grande peso em todo Centro-Oeste, e implantadas em Uberlândia, que está para os cerrados, hoje, como Ponta Grossa esteve para o sul na década passada. Uberlândia transformou-se numa das grandes praças de comercialização e esmagamento de grãos do país (600.000 t de capacidade de armazenamento, sendo 280.000 t de empresas públicas). A ampliação da capacidade industrial de trituração no entorno de Brasília (ABC) também vem-se constituindo numa alternativa interessante para a produção do extremo-oeste baiano, dada à proximidade e boas condições de escoamento através da BR-020 (vale lembrar que a área plantada com soja no DF foi de 49.000 ha na safra 85-86, com rendimentos médios de 28 s/ha).

Observa-se assim que o antigo capital comercial perdeu sua importância, pois encontra-se alheio às novas estruturas de comercialização sob controle do setor agro-industrial e do mercado internacional, no que diz respeito à fixação dos preços (soja).

IV. AGENTES ECONÔMICOS

1. Produtores

Mas quem são finalmente esses produtores, que têm desbravado a fronteira do oeste baiano?

Perfil do produtor

A pesquisa de campo mostrou que se trata de agricultores que migraram do sul do país - Rio Grande do Sul e Paraná sobretudo, mas também Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo - no início dos anos 80 (entre 80 e 84). A faixa etária mais representativa varia entre 35 e 45 anos. Todos são casados, tendo emigrado com suas famílias. Quase todos fixaram residência na cidade de Barreiras à exceção de dois produtores, cujo domicílio é o próprio estabelecimento agrícola, implantado no seio de colônias agrícolas, onde cada família tem a propriedade fundiária e dos meios de produção individual (apenas as infra-estruturas indispensáveis ao funcionamento de alguns serviços básicos, tais como escola paróquia, estradas vicinais, são obra da comunidade). Na residência, mora geralmente a família nuclear. Os agricultores mais velhos que dispõem de grandes áreas e cujos filhos são adultos e muitas vezes já casados, tendem a associá-los ao empreendimento agrícola. Duas formas de associação intra-familiar são frequentes: ou a criação de uma sociedade, onde a participação de cada membro (terras, ou a declaração dos familiares como assalariados da fazenda, com direito à participação na produção

Embora muitos produtores - sobretudo aqueles que já não possuíam terras no sul - tenham propiciado efetivamente a vinda posterior de irmãos e outros familiares que hoje se tornaram também produtores rurais ou ainda comerciantes na região, é raro que várias famílias vivam no mesmo domicílio, seja ele urbano ou rural. Nesses casos, observa-se uma estratégia de reconstituição de uma nova territorialização familiar na medida em que a migração para a fronteira permite a reunião espacial da família, ainda que ocupada em diferentes atividades. Tal prática é frequente, ainda que não dominante.

Os agricultores entrevistados que mantiveram alguma área

nas suas regiões de origem parecem não ter trazido consigo outros membros de família. A estratégia aqui consiste em deixá-los responsáveis pelo patrimônio que ficou e que se mantém, assim, produtivo, financiando se necessário empreendimentos da fronteira. Não se trata, nos casos analisados, de arrendamentos intra-familiares de propriedade, mas de uma forma de co-gestão em que é preservada a propriedade individual da terra, mas onde a sua exploração depende do trabalho e do capital daquele que fica e assume os riscos.

Por vezes, essa articulação que permite a um membro da família estabelecer-se na fronteira dá lugar a uma sociedade, formalizada nos princípios, mas raramente dispendo de uma gestão e contabilidade específicas. Quando prevalece essa forma de exploração "informal", observa-se que inexiste uma contabilidade rigorosa entre estabelecimentos e o fluxo de recursos financeiros repassa do de um para outro - quase sempre no sentido sul/fronteira - responde às necessidades de capitalização imediata do novo empreendimento.

O grau de instrução dos entrevistados mostrou-se, na média, elevado. Somente dois produtores tinham apenas nível primário, dois haviam completado o secundário e os demais quase sempre os mais jovens, tinham concluído o curso superior (economia, agronomia) ou técnico (contabilidade). Um dos entrevistados, cooperado da Cotia, tinha mesmo realizado estágios nos Estados Unidos e Holanda, através de um convênio EUA-Japão.

Todos os produtores visitados tinham, sem exceção, sólidas raízes rurais, ou seja, cresceram no campo, trabalhando na lavoura com os pais. Naquela época, contavam com famílias bem mais numerosas, compostas em média por 10 pessoas. (Hoje, um casal tem no máximo três filhos.) O trabalho familiar era a base da exploração agrícola, e o número de braços disponível dispensava o emprego de assalariados. Aqueles cujas famílias cultivavam café e cacau no Paranã e em São Paulo foram os únicos a declarar a utilização de mão-de-obra extra-familiar, sob a forma de colonato. Os cultivos mais comuns eram milho, trigo, soja, mandioca, arroz e feijão. A suinocultura estava intimamente associada a essa policultura. A fruticultura tinha também alguma expressão.

Como, via de regra, o estabelecimento agrícola dos pais foi entregue a um irmão ou irmã, teve início a dispersão da família. Boa parte dos entrevistados passam então a exercer durante um período mais ou menos longo, atividades não-agrícolas: mecânico, alfaiate, professor primário, carpinteiro-pedreiro, bancário; ou indiretamente ligadas à agricultura, tais como comércio de compra e venda de cereais, serraria, frete de grãos, técnico agrícola, etc.

Alguns conseguiram, ainda no sul, comprar novas terras, aparentemente na 2.^a fase de expansão de fronteira paranaense no início dos anos 70 (surto da soja), voltando assim à agricultura. Mas essa fixação acabou não sendo definitiva porque a terra adquirida mostrou-se insuficiente em termos de área (quase sempre menos de 30 ha):

Essa é a razão apontada invariavelmente, pelos produtores para justificar sua ida para Barreiras: a falta de terras.

Metade dos entrevistados já não possuía terra e partiu para a fronteira em busca da reconstrução de sua identidade como produtor, perdida ainda no sul. Apesar de terem exercido atividades até mesmo especializadas, nos ramos mais variados, não abandonaram o projeto de retornar à lavoura, o que indica a total impossibilidade de viabilizar esse objetivo nas suas regiões de origem.

A outra metade alegou dispor de uma área pequena que se tornara de uns anos para cá inviável para assegurar um patamar mínimo de acumulação. Em alguns casos, sua venda propiciou a compra de grandes áreas nos cerrados baianos. Em outros, a co-gestão ou criação de uma sociedade de exploração familiar permitiu, através de um deslocamento para áreas novas, ampliar os limites da propriedade e a escala de produção, assegurando assim a permanência na agricultura.

Dentre os produtores arguídos, um apenas declarou ter-se implantado em Barreiras dentro de uma estratégia de diversificação de seus investimentos, à procura, portanto, de novas oportunidades para expandir uma atividade empresarial familiar já consolidada no sul. Todos os demais, entretanto, vieram porque concretizaram a compra de novas áreas. Nenhum emigrou para a fronteira an

tes de dispor de terra própria.

Barreiras não aparece como primeira migração senão em 2 casos, um deles sendo justamente o do representante desta empresa familiar, relativamente diversificada e bem sucedida. A maioria dos produtores contemplados pela pesquisa de campo efetuou quase sempre 2 ou 3 migrações intermediárias antes de se estabelecer no extremo-oeste baiano (um deles chegou a mudar 8 vezes de domicílio e ocupação). Essas etapas anteriores foram realizadas em estados do sul do país, logo, fora dos cerrados, exceto no caso de um cooperado da Cotia, que foi durante alguns anos colono num dos projetos do PADAP em Minas Gerais (São Gotardo).

Os entrevistados declararam ter conhecido a região de Barreiras de três maneiras: a mais freqüente foi a indicação de vizinhos e amigos que também migraram, entusiasmados com as condições físicas da região, extremamente favoráveis à uma produção de grãos altamente mecanizada. Houve quem descobrisse Barreiras através de artigos sobre o potencial dos cerrados publicados na imprensa especializada ou ainda assistindo ao Globo Rural.

O tipo de propriedade

Todos os produtores que responderam ao questionário são proprietários de áreas que variam de 500 ha a 3.800 ha em três municípios: Formosa do Rio Preto, Barreiras e São Desidério. Cabe registrar que não foi assinalado nenhum caso de arrendamento. Em três casos, verifica-se a existência de uma sociedade, constituída pela reunião de 2 ou 3 membros de uma mesma família. Os demais são produtores individuais que, no entanto, exploram conjuntamente outras áreas pertencentes a familiares ausentes porque implicados em outras lavouras em outras regiões.

Apesar de proprietários, nem todos já têm regularizada a titulação de suas terras na integralidade. Uma titulação parcial já permite o acesso ao crédito rural.

Os entrevistados afirmaram ter comprado essas novas áreas com recursos próprios, obtidos através da venda de proprie

dades menores e mais valorizadas no sul, ou ainda através de poupança individual. Verificou-se também um caso de herança. Apenas um agricultor declarou ter recorrido a empréstimo bancário para quitar sua propriedade. Observou-se, no decorrer da pesquisa, uma correlação entre a superfície do imóvel rural e a fonte de recursos empregada: os detentores de grandes áreas parecem ter utilizado poupança para sua aquisição, já os menores teriam viabilizado seu empreendimento através da venda de propriedades, nas regiões de onde emigraram. Não se pode, no entanto, deduzir destes poucos casos uma regra geral.

Constatou-se que, mais recentemente, vem prevalecendo a compra de grandes extensões de terra por grupos de agricultores quando, de início, a tônica eram transações individuais. Essa nova prática é muito comum entre os membros das grandes cooperativas que agora se instalam na região (Cotia, etc.)

Os que se instalaram nos primeiros anos (80-82) afirmaram ter comprado suas terras das grandes famílias locais baianas. A segunda leva de migrantes já adquiriu as suas das mãos de suas listas ou através de uma colonizadora, a NORBRÁS. A quitação, em todos os casos analisados, foi feita em um ano. O preço do hectare de terra nua evoluiu, segundo as respostas, da seguinte forma:

<u>Ano</u>	<u>Preço 1 ha terra nua</u>
1980	- Cr\$ 200,00
1981	- Cr\$ 1.000,00
1982	- Cr\$ 4.000,00
1983	- Cr\$ 30.000,00
1984	- Cr\$ 32.000,00

Foi igualmente constatado que após sua fixação na região de Barreiras, alguns produtores já ampliaram seu domínio fundiário, incorporando novas áreas nos municípios vizinhos e até mesmo no estado de Goiás, atraídos pela rápida valorização do preço da terra nos cerrados. Dois produtores, dentre os mais antigos, parecem ter especulado fortemente no mercado de terras voltando-se agora para a atividade produtiva. São eles que possuem as maiores áreas no grupo enfocado.

Como já foi apontado, a pesquisa revelou a predominância de duas formas de exploração da terra: individual ou em sociedade.

No primeiro caso, o agricultor é responsável exclusivo pelo seu próprio estabelecimento. No segundo caso, ele gere, além da sua propriedade, a de um parente (cunhado, irmão, tio), caracterizando sempre cunho familiar. Assim, um produtor que tem 1.000 ha em propriedade explora em sociedade 4.000 ha. Outro possui 1.550 ha, mas cuida na verdade de 3.050 ha. Um terceiro exemplo mostrou que apesar de ter legalmente 1.000 ha, o agricultor respondia pela área de dois sobrinhos e um filho, perfazendo no total 8.000 ha. Essa "sociedade para exploração" nem sempre formalizada, além de se desenvolver na fronteira tem, muitas vezes, um equivalente em outras regiões. É o caso de um cooperado da Cotia de São Gotardo que, ao deixar o projeto, entregou seu lote de 250 ha a um irmão, também colono, que hoje se responsabiliza pelos cultivos e o administra. Em Barreiras ele é quem "toca" as terras do irmão que permaneceu nos cerrados mineiros. "A área cultivada é uma só, em bora cada um seja dono de um pedaço, e a gente divide os lucros e os prejuízos do negócio".

A Cotia parece ter apoiado sua expansão em diversas partes dos cerrados em cima dessa estratégia espacial de multiplicação dos empreendimentos intra-familiares, onde cada avanço supõe uma retaguarda consolidada.

Atividade agrícola

Na safra 85-86, observou-se o crescimento da área de lavouras, mas a superfície ociosa em cada estabelecimento ainda é importante, quase sempre superior à área explorada. As culturas por excelência são a soja e o arroz. Para consumo interno, plantam-se feijão, milho e mandioca. O feijão ocupa em média uma área de 10 ha e quando a produtividade é boa - o que é difícil nos cerrados sem irrigação - é parcialmente vendido. Nos estabelecimentos onde se desenvolve a pecuária extensiva (apenas dois), cultivam-se também o sorgo e a cana para alimentação do gado. Mas os rebanhos, como essas culturas, são de pouca expressão. Embora a superfície coberta por pastagens nas unidades visitadas cubra 2.300 ha, por tanto a , recensearam somente 260 cabeças de ga

do.

A área média cultivada situa-se entre 1/3 e metade da área total dos estabelecimentos. Apenas um produtor mostrou grau de utilização da terra elevado, em torno a 80% (uma das menores áreas: 500 ha).

A soja ocupa extensões mais importantes que o arroz. Este tende a ocupar áreas maiores no primeiro ano de cultivo, quando se abrem os cerrados, decaindo em seguida em favor da soja.

Os rendimentos médios do arroz por hectare têm sido bastante irregulares. Na safra 84-85, alguns produtores colheram 8 sacos/ha, outros 20 sacos/ha (alguns perderam toda a colheita por causa de um veranico). Na safra 85-86, durante a qual realizamos nossa pesquisa, houve forte expansão da área plantada com arroz devido em grande parte ao aumento do VBC. Ela dobra, passando de 770 ha para 1.570 ha no interior dos estabelecimentos estudados. A queda regular do preço da soja no mercado internacional foi outro fator conjugado que favoreceu o crescimento do cultivo de arroz.

A pesquisa mostrou que os produtores que, de certa forma, já se consolidaram, mantiveram a soja como cultivo principal, ampliando seu plantio malgrado as vantagens oferecidas pelo arroz na última safra (VBC mais alto e maior disponibilidade de crédito de custeio). Já os produtores pouco ambientados ao meio físico e climático dos cerrados baianos apostaram no arroz apesar do seu alto risco.

Registraram-se expectativas favoráveis a um aumento do rendimento médio do arroz, que deveria alcançar, na região, 25 s/ha.

No caso da soja, a área cultivada passou de 5.100 ha na safra 84-85 para 5.790 ha na safra 85-86. A produtividade desse produto é mais elevada, variando entre 18 s/ha e 30 s/ha (84-85). As previsões também anunciaram incremento do rendimento médio na última safra, devendo atingir 35-40s/ha, segundo avaliação dos produtores.

No que tange às práticas de cultivo, a pesquisa indicou que todos os entrevistados recebem assistência técnica, seja da cooperativa (Cotia, Copergel) seja, na maioria dos casos, de escritórios particulares que cobram por esse serviço 2% do valor do custeio liberado pelo crédito bancário. Esses escritórios elaboram o plano agrícola para as culturas principais - soja e arroz - e realizam duas ou três visitas ao estabelecimento no decorrer da safra. É interessante informar que, embora filiados a uma cooperativa os agricultores preferem solicitar os serviços de uma firma especializada, em vez de recorrer à assistência técnica daquela.

Só os associados da Cotia mostram-se satisfeitos com as orientações que lhes são administradas. Nenhum produtor recorre à EMATER. Aparentemente, esse organismo público não usufrui de um bom conceito na área técnica junto aos produtores de grãos.

Os agricultores entrevistados declararam tomar pessoalmente todas as decisões relativas à área plantada e cultivo, considerando para tanto duas variáveis: o preço de mercado do produto e a oferta dos recursos creditícios para o custeio.

Este provém de duas fontes: o financiamento repassado pelo Banco do Brasil, que cobre parte dos custos de produção (varia de 50 % a 80% segundo o tamanho da propriedade), e os recursos suplementares obtidos junto a bancos particulares e estaduais (na época, juros de 17% ao mês) muitas vezes através de contratos de produção de soja, ou junto às cooperativas.

O calendário agrícola na região é bastante definido e concentrado ao longo de seis meses, em função do regime de chuvas. No caso da soja, o plantio começa em novembro/dezembro e a colheita se estende de março a abril. O arroz é plantado nesse mesmo período, começando às vezes um pouco mais cedo para evitar a sobreposição das colheitas. O sorgo, cuja área vem-se ampliando, tem também seu plantio nessa época mas a colheita ocorre tardiamente, no mês de julho, em razão do seu ciclo produtivo mais longo, resistente à estiagem. Tanto o feijão como o milho são também cultivados na estação das chuvas. O resto do ano é dedicado à manutenção da área (gradação, catação de raiz, cercas, etc.).

A maior parte dos informantes não dispunha de armazéns para estocagem dos grãos; só os proprietários de grandes áreas já

os haviam construído, podendo assim negociar melhor suas safras após a colheita, garantindo preços mais elevados que aqueles produtores obrigados a comercializar imediatamente o produto.

A comercialização passa essencialmente pelas cooperativas (Copergel e Cotia) ou pelas firmas de compra e venda de grãos criadas pelo pessoal do Sul. Não se constatou em Barreiras, durante a pesquisa de campo, a existência de contratos de produção ("preço a estipular" ou "contrato fixo") utilizados pelas grandes empresas multinacionais do setor junto a alguns de seus fornecedores. Estas geralmente compram a soja nas mãos dos grandes comerciantes e das cooperativas.

Segundo os agricultores, dois mercados importantes para o escoamento de produção regional são Uberlândia e o Nordeste, que vem ampliando sua capacidade de esmagamento de soja a partir do aproveitamento de unidades ociosas.

Organização do trabalho agrícola

Todas as fases de produção de soja e do arroz são mecanizadas. A capina ainda é parcialmente manual sobretudo nos primeiros anos de plantio, e a destoca que precede o trabalho de solo, também.

Em regra geral, os produtores entrevistados possuíam no mínimo dois tratores médios, uma colhedeira e todos os implementos necessários à utilização da tração mecânica em todas as fases de produção. É comum que tenham também caminhões (mais de um, com frequência) para o transporte dos insumos e dos grãos.

Dentre os itens de maior peso nos custos de produção, foram apontados os gastos com adubos e calcário em primeiro lugar, e com óleo-diesel em seguida.

Os equipamentos foram comprados na região no caso dos produtores que voltaram à atividade agrícola em Barreiras e que já não possuíam terras antes de migrar para lá. Isso também ocorreu no caso dos que mantiveram propriedades em sociedade familiar no Sul ou em Minas Gerais. Estes, embora tenham trazido algum equipamento já amortizado, investiram na compra de maquinaria, sobretudo tratores mais pesados. Por outro lado, aqueles que venderam pro

priedades para financiar a aquisição de áreas maiores na fronteira, e chegaram a Barreiras com um capital fixo não desprezível, acabaram sendo obrigados a investir em mecanização em função do redimensionamento da escala de produção, agora de grande porte.

Alguns parecem ter optado pela compra de maquinaria de segunda-mão diante da contração do crédito de investimento, em vigor a partir de 1979. Mas nem só material ocioso foi reutilizado na fronteira. Apenas um dos entrevistados declarou ter comprado, de início, tratores e implementos já em uso, que serviram dois anos, sendo então substituídos por maquinaria nova.

Pode-se considerar, portanto, que de modo geral, a incorporação de novas áreas produtivas na fronteira contribuiu para evitar uma redução ainda mais drástica da demanda por máquinas agrícolas, setor que registrou recuo notável na sua expansão e que só agora passa de novo a crescer, sem ter contudo atingido ainda as taxas de 1980.

Esse grau elevado de mecanização, do preparo de solo até o ensacamento, resulta num emprego reduzidíssimo de mão-de-obra. De fato, todos os estabelecimentos visitados contam com poucos trabalhadores permanentes nas funções de tratoristas, gerentes e outras atividades sem qualificação específica.

Via de regra, apenas um dos assalariados permanentes é casado e vive no estabelecimento com a sua família. A esposa cuida geralmente do preparo da refeição de todos os empregados e ajuda na lavoura de subsistência (feijão e hortaliças). O trabalhador fica com a administração imediata do estabelecimento agrícola (distribuição do trabalho, controle das operações), respondendo por ele.

Os demais empregados fixos são quase sempre solteiros e exclusivamente do sexo masculino.

Na maioria dos estabelecimentos visitados, os trabalhadores permanentes são originários do sul do país (Paraná e Santa Catarina). Trata-se de pequenos produtores que arrendaram a pouca terra que tinham ou a deixaram com um agregado em troca de uma experiência na fronteira. Ou ainda são filhos de produtores que se haviam tornado força de trabalho excedente dentro da unidade familiar e estavam desempregados.

Um único agricultor afirmou ter contratado baianos como permanentes, quando o mais corrente é empregá-los como diaristas.

Os donos de grandes áreas declararam efetuar uma seleção prévia de seus empregados, dada a dificuldade em encontrar mão-de-obra experimentada em processos fortemente mecanizados. Aliás, uma queixa recorrente, comum a todos os agricultores, é a falta de mão-de-obra qualificada na região, que os leva a trazer gente do sul para exercer ocupações de caráter permanente nos estabelecimentos.

Talvez seja essa uma das razões que explica por que os sulistas recebem salários nitidamente superiores à média local. Enquanto os fazendeiros da região raramente chegam a pagar um salario mínimo a um empregado permanente, os produtores de frente de grãos pagam de 2 a 3 salários mínimos, oferecendo muitas vezes, além de moradia e alimentação, percentual sobre a área plantada (4 ha de soja por safra) ou sobre a produção (de 3 a 5%). Apesar de receberem salários mais compensadores, nenhum empregado é declarado.

Durante a pesquisa, constatou-se que um único produtor havia demitido seus empregados permanentes por razões econômicas (processo de descapitalização acentuado), contratando mão-de-obra temporária em caso de extrema necessidade.

Esta é recrutada na região, mas dentre pequenos produtores com alguma qualificação. Os colonos da Codevasf são muito procurados por ocasião da colheita e do plantio (tanto da soja e arroz, quanto das culturas alimentares).

Para as tarefas mais rústicas como catação de raízes, mistura de sementes, etc, dá-se prioridade à utilização de força de trabalho mais jovem.

Quando aumenta a demanda por tratoristas, muitos agricultores vão até o sul contratar gente de lá, experimentada, por 2 ou 3 meses. Esse fluxo de mão-de-obra é regular na época da colheita da safra. Raramente estabelece-se no oeste baiano.

Um "brejeiro" recebia, na época do trabalho de campo, uma diária que oscilava entre Cr\$ 15,00 e Cr\$ 20,00, podendo incluir ou não duas refeições (a critério do empregador).

Outras questões

A última parte do questionário procurou levantar questões relativas ao modo de vida dos agricultores na fronteira. T^odos salientaram, de forma unânime, a precariedade e insuficiência na oferta de serviços a nível local e regional, tanto na área urbana quanto no meio rural. Dentre os aspectos considerados mais deficientes, figuram a falta de estradas vicinais, o baixíssimo grau de eletrificação rural e a ausência de meios de comunicação, tais como o telefone e o rádio amador. A oferta irregular de insumos e de peças de reposição para equipamentos mecânicos foi também considerada problemática por grande parte dos entrevistados.

Ainda em termos de infra-estrutura básica, desta vez na área social, mencionou-se o número reduzido de escolas e a falta de saneamento, como fatores que dificultam a ambientação mais rápida da família nessas áreas de ocupação recente (sobretudo por parte das esposas dos agricultores que vêm ampliada sua jornada de trabalho doméstico).

Observa-se, entretanto, uma certa evolução nos problemas apontados pelos produtores, pois consideraram que nos primeiros anos de instalação a maior dificuldade residia na obtenção de crédito para custeio, já que naquela época a chegada dos "sulistas" e o plantio de soja eram pouco prestigiados diante da força dos pecuaristas e latifundiários.

Vale destacar ainda que os baixos preços da soja e o controle oligopólico do setor por parte das firmas multinacionais são fatores de preocupação para os agricultores, cuja solução julgam estar nas mãos do governo.

A maioria dos agricultores afirmou não exercer outra atividade remuneradora fora da agricultura. Três apenas - justamente os detentores de maiores áreas e capital - desenvolvem atividades comerciais (compra e venda de insumos e grãos, postos de gasolina) e de serviços (hotelaria e escritórios de planejamento) e até mesmo possuem pequenas indústrias (cerâmica), pensando voltarem-se para a construção civil. A finalidade é diversificar os investimentos de maneira a sustentar as fazendas diante do aumento inevitável dos juros, que deve ocorrer a curto prazo.

Dentre as atividades não-remuneradas no meio rural aparece o trabalho comunitário, que abrange desde a criação de um clube e um campo de futebol até à construção de estradas, escolas e rede de esgotos. As críticas à prefeitura são severas pela sua absoluta inoperância e não participação - nem mesmo financeira - no que diz respeito à implantação de infra-estrutura. Entretanto, os cooperados da Cotia são os únicos a reconhecer certo apoio da prefeitura que chegou a atuar fora da sua jurisdição, atendendo a uma solicitação da cooperativa (construção de uma ponte). Isso revela alianças mais estruturadas entre os grandes grupos econômicos e o poder local, que entre este e a classe de novos produtores capitalistas emergentes nos geraes.

De todos os entrevistados, apenas um declarou fazer política e estar filiado a um partido (PMDB). Os demais, apesar de ressaltarem a necessidade de uma representação política dos "su_{listas}" em Barreiras, possivelmente através da criação de um novo sindicato patronal, afirmaram não estar envolvidos com política - "porque é coisa suja". Alguns consideram, no entanto, que a comunidade (colônias reunindo as famílias de produtores) e as cooperativas podem ser boas alternativas para penetrar politicamente e organizar o pessoal do Sul.

2. As Cooperativas

Existem atualmente 5 cooperativas de grãos implantadas no oeste baiano. A primeira cooperativa a surgir na região por iniciativa dos produtores foi a COPERGEL. De 84 para cá, além da COTIA, cooperativas consolidadas no sul do país têm ampliado seu raio de ação, deslocando-se também para Barreiras. É o caso da WITMASUN sediada no Paranã, onde trabalha com laticínios (6 colonos assentados, quando da realização da pesquisa); COTREL - Cooperativa Tríticola de Erechim, originária de Erechim no Rio Grande do Sul (30 cooperados, com previsão de mais 100 novos colonos) e COACERAL - Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central) também gaúcha, mas já presente em Goiás e Minas Gerais há alguns anos, participando ainda do Proceder-II, ao lado da COTIA.

A COTREL e a WITMASUN começaram a plantar na safra 85-86. A COACERAL foi criada a partir da COTREL, com a finalidade explícita de incorporar-se ao PROCEDER-II. Em virtude da atuação recente dessas cooperativas, privilegiamos, no âmbito do nosso trabalho de campo, aquelas cujo desempenho já está firmado, isto é, a COPERGEL e a COTIA.

a) COPERGEL

A COPERGEL - Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Geraes Ltda - foi criada em julho de 1981 por um grupo de 10 produtores recém - instalados na região. Hoje, reúne 245 associados e é a cooperativa numericamente mais forte dos cerrados baianos. Segundo seu presidente, o Sr. Uílio Chibiaque, 99% dos associados são sulistas e podem ser considerados "médios proprietários" (600 a 3.000 MVR).

A sede da COPERGEL fica em Barreiras, mas os entrepostos (4) para armazenagem e secagem dos grãos estão localizados nas áreas de maior aglomeração dos produtores: Novo Paranã, Roda Velha, Campo Grande (no município de São Desidério) e na estrada BR - 825, que liga a 020 a Goiás. A capacidade total de armazenagem é de 200.000 sacos. A cooperativa vem enfrentando sérias dificuldades no plano econômico em razão da sua estrutura física voltada para a sacaria, quando, o mais adequado, seria dispor de armazéns grane

leiros. Apenas um, com capacidade de 9.500 toneladas, foi construído em Novo Paraná.

Calcada no modelo das cooperativas de grãos do sul, a COPERGEL não obriga o cooperado a entregar a totalidade da sua produção, podendo este responsabilizar-se por parte da comercialização da safra. Mesmo assim, o volume de soja comercializado pela COPERGEL vem acompanhando a expansão da área plantada:

1984 - 3.200 t vendidas
1985 - 14.200 t vendidas
1986 - 42.000 t (previsão)

No primeiro ano de comercialização da soja (1983), a COPERGEL elegeu um único comprador: a Cargill. De lá para cá, vem diversificando seus mercados, ampliando-os sobretudo em direção ao Nordeste. As Indústrias Coelho (PE) e a Oiticica do Brasil (CE), que começaram a esmagar soja em 1984, são clientes importantes, sobretudo por pagarem preços mais elevados que aqueles oferecidos pelas grandes firmas de processamento. Outra parte do produto é escoada em Uberlândia, junto à Cargill. Pequenas quantidades alcançam Tubarão, destinando-se ao mercado internacional, mas o custo do frete até o porto torna mais vantajoso buscar alternativas dentro do próprio mercado interno. A meta da COPERGEL é, por tanto, o mercado nordestino, até porque a exportação só se tornaria economicamente interessante caso fosse aberto um corredor de exportação (hidrovia de Barreiras a Pirapora e ferrovia de Pirapora até Salvador ou Ilhéus), projeto esse que não conta com apoio político necessário para ser viabilizado nos próximos anos.

Nesse sentido, a COPERGEL vem defendendo a idéia de implantar-se um complexo de soja regional, que além de esmagar o grão produzindo óleo e farelo, abastece ainda o Nordeste com outros derivados industriais, como o sabão e a margarina. Esse projeto, acalentado por grupos nordestinos (Coelho, notadamente), vem mobilizando as cooperativas "gaúchas" que pensam já na criação de uma Central da Bahia, que fortaleça sua participação no mercado nordestino, posto que não têm como concorrer com a produção do sul e das áreas mais integradas do Centro-Oeste, em razão dos custos de transporte.

Afora a comercialização e armazenagem dos grãos a COPERGEL assegura aos seus associados serviços na área da assistência técnica, elaboração de projetos e venda de insumos (exceto fertilizantes). Muitos associados parecem considerar tais serviços insatisfatórios, sobretudo a venda de insumos, pois a cooperativa pratica preços acima dos preços de mercados e não possui oferta regular (impossibilidade de estocar grandes volumes por falta de espaço). Essa perda de prestígio da COPERGEL e os conflitos frequentes que opõem a diretoria aos associados têm contribuído para que o comércio de produtos agrícolas multiplique seus pontos de venda através da associação de grupos de agricultores.

Um setor novo que vem sendo desenvolvido pela COPERGEL é a produção de sementes através de contratos com associados (campos experimentais).

Dentre as dificuldades que entravam um melhor desempenho da COPERGEL figura, segundo seu presidente, "a desorganização e a falta de diálogo entre produtores, pois estes estão envolvidos com suas propriedades e as grandes distâncias entre as fazendas e a cidade tornam os deslocamentos difíceis e onerosos". Além disso, o Sr. Uílho considera que o fato de bom número de agricultores (25 a 30%) manter ainda terras no sul os torna desenraizados na região, afastando-os de uma maior participação na política local, o que tem impedido o surgimento de lideranças entre os sulistas, indispensáveis ao fortalecimento dessa corrente de produtores numa área até então dominada por segmentos das oligarquias tradicionais baianas.

Preocupada em "implicar" o produtor do sul na política local, a COPERGEL está tentando convencer seus associados a transferirem seus títulos de eleitor para Barreiras antes das próximas eleições. Se até agora a pressão política dos sulistas manifestou-se na disputa pelo controle dos órgãos financiadores, levando um paranaense à gerência da carteira agrícola do Banco do Brasil de Barreiras, daqui por diante ela tende a enveredar na busca de uma representação política propriamente dita, tanto a nível parlamentar quanto corporatista, pois já se pensa na criação de um sindicato de produtores de grãos, independente do sindicato patronal já existente, liderado pelas forças locais.

A cooperativa vem, portanto, atuando no sentido de que

os produtores do sul deixem de ser um "corpo estranho" na política baiana. E essa estratégia passa, num primeiro momento, pela constituição de um "bloco" do produtor rural.

b) COTIA

A Cotia, maior cooperativa latino-americana, já presente, desde 1979, nos cerrados mineiros (PADAP), implantou-se em dezembro de 1984 também nessa faixa promissora dos chapadões do extremo-oeste baiano. Ao contrário da COPERGEL, que surge por iniciativa dos "pioneiros", desarmados diante das dificuldades na compra de insumos e venda da produção, a CÔTIA instala uma regional em Barreiras na esteira de alguns cooperados do sul que, à procura de terras, vieram por iniciativa própria sondar o potencial da região. Entusiasmados com os resultados obtidos pelos "gaúchos" no plantio da soja e com as imensas possibilidades de expansão que oferecem os cerrados baianos (baixíssimo grau de ocupação da terra se comparado com São Gotardo-PADAP, onde não há mais para onde crescer), a direção da Cotia optou por estender sua ação a essa área, não apenas através de projetos de assentamento (PROCEDER - II e Cotia SEI-NEN), mas do apoio aos cooperados e seus familiares vindos de outras regiões do país.

Em janeiro de 1986, mais de 200 propriedades já haviam sido adquiridas nos municípios de Riachão das Neves, Barreiras e Formosa do Rio Preto por familiares de cooperados instalados no sul do país (norte do Paraná) e por cooperados de São Gotardo, perfazendo uma área de 300.000 ha aproximadamente, o que estipula uma superfície média por imóvel de 1.500 ha, considerada pela Cotia ideal para que se possa escapar à monocultura, ampliando as atividades dos cooperados para além da soja e do arroz. Num campo experimental (750 ha) aberto em 1985, a COTIA vem promovendo ensaios com café, caju, cítricos e frutíferas em geral, com o intuito de eleger cultivos opcionais para os cerrados. Um certo planejamento já existe: 20% da área dos estabelecimentos deve constituir-se em reserva e a pecuária e a suinocultura, até para produção de matéria orgânica para o solo, devem associar-se ao empreendimento.

O número de associados da Cotia em Barreiras vem crescendo a cada ano (30 cooperados na 1.^a safra, 84-85; 80 cooperados

na safra 85-86) e já soma 120 produtores, dentre os quais alguns "gaúchos". A adesão à cooperativa é livre, conquanto o produtor não exerça outras atividades incompatíveis com a agricultura ou que entrem em concorrência com os seus serviços (comércio de adubos ou sementes por exemplo). Além disso, é obrigação do cooperado entregar a totalidade da sua produção à cooperativa para venda sendo qualquer desvio sancionado pelo desligamento. Outra exigência formal é a permanência do produtor ou de um familiar no estabelecimento agrícola. A exploração mediante entrega a empregados não é tolerada pela Cotia.

O sistema implantado na regional de Barreiras é o mesmo em vigor em São Gotardo, aparentemente coroado de êxito. Existe uma representação dos cooperados junto à cooperativa central e à regional, bem como comissões especializadas na resolução dos problemas emergenciais, na qual participa um membro de cada núcleo de produtores. Além da Comissão de Cereais que trata de produção e comercialização dos grãos, da Comissão de Sementes e de Transportes Coletivos, formou-se aqui a Comissão de Estradas, cuja falta é apontada como uma das mais graves deficiências a nível da infra-estrutura regional, juntamente com a baixa eletrificação do meio rural.

Se, diferentemente da COPERGEL, a COTIA não se ressen-te da falta de comunicação entre produtores nem da sua "desorganização política", ela procura mesmo assim criar vínculos mais fortes entre seus cooperados orientando uma certa proximidade na sua fixação, não tanto a nível dos estabelecimentos rurais, que, de qualquer forma, encontram-se concentrados em algumas áreas agrícolas (núcleos de produção) estas sim relativamente dispersas, mas sobretudo a nível da moradia.

Com efeito, a COTIA elegeu o posto Mimoso, a 90 km da cidade de Barreiras, no entroncamento entre a BR-020 (para Brasília) e a BR-242 (para Taguatinga em Goiás) para implantar a sede da nova regional e o Centro de Apoio aos Cooperados. Realizaram-se investimentos da ordem de 50 bilhões de cruzeiros (set.85). Aí vem surgindo uma cidade planejada, o Loteamento Rancho Grande

(vide ponto VI.1), onde seus cooperados já adquiriram 700 lotes residenciais e comerciais (1). A própria cooperativa possui 24 ha dentro do projeto, doados pela empresa promotora, onde já foram construídos os armazéns, silos, escritórios e uma área residencial para os funcionários (2). Foi aliás, a partir da implantação da COTIA, que o projeto deslanchou, interessando outros setores agrícolas, o que revela estratégias de apoio bem sucedidas entre o ramo agro-industrial e o da promoção imobiliária na fronteira.

Os ganhos da COTIA no Mimoso vão além da economia da compra de um terreno e de uma localização mais favorável dada a proximidade com as áreas de produção e vias de escoamento. Permite também que a cooperativa imponha e veicule com mais facilidade um padrão de comportamento entre seus cooperados e que ela amplie um controle estável sobre eles para além da esfera de produção. Essa estratégia espacial permite uma coesão da "colônia" que fica assim mais forte na defesa de seus próprios interesses, que aparentemente caminham na busca de uma futura autonomia administrativa para o núcleo urbano agora em emergência (é também uma maneira de escapar à influência das elites locais que vêm enriquecido com rapidez graças à especulação no mercado imobiliário através do aumento dos aluguéis).

(1) Essa informação foi fornecida pelo promotor do Loteamento Rancho Grande, Sr. Arnaldo Horácio Ferreira, dono da CARIG, colonizadora responsável pelo projeto. Segundo o Sr. Akira Tanigaki, assessor do presidente da Cotia, já haviam sido comprados por seus cooperados perto de 300 lotes e mais 24 pela cooperativa.

(2) 1 silo (30.000 t)
 Secador e armazém para arroz (1.600 t)
 armazém de sementes (100.000 sacos)
 armazém para insumos (7.000 m²), balanço
 prédio para escritórios (1.000 m²), alojamento para funcionários (1 quadra de 24 lotes).

Na safra 85-86 foram cultivados 12.000 ha de soja e 9.000 ha de arroz pelos então 80 associados da COTIA. Tem sido da da prioridade à abertura de novas áreas o que implica inversões pesadas. Cada associado tem que entrar com pelo menos 30% do capital que ficará empatado nos investimentos iniciais (maquinaria, Know-how), sendo o resto repassado pela cooperativa via crédito bancário. Por outro lado, é hábito da COTIA montar a infra-estrutura de serviços através de uma elevação do capital dos cooperados. Isso implica que, por enquanto, cada um colabore com 2% da produção bruta para este fim, margem essa que será provavelmente aumentada uma vez consolidado o processo.

Dois projetos de assentamento fazem ainda parte dos empreendimentos da COTIA na região de Barreiras: o COTIA SEI-NEN e o PRODECER-II, este em colaboração com a COACERAL.

O primeiro re-grupa imigrantes japoneses que, nos pós-guerra, foram enviados pelo governo japonês ao Brasil sendo aqui contratados pela COTIA que os empregava então em unidades de produção de outros membros da colônia nissêi (integrantes da cooperativa) no sul do país. A medida que alguns reuniam condições para estabelecerem-se por conta própria, o governo japonês repassava recursos à COTIA para que estes também se tornassem produtores, independentes. Este projeto de assentamento dá continuidade, na fronteira, a esse modus operandi. Trata-se da instalação de 50 famílias em lotes individuais de 400 ha cada um, onde serão assentados migrantes dessa leva, já naturalizados ou sua segunda geração. Todos estão vindo de São Paulo, onde trabalharam até agora, e vem fixar-se no município de Riachão das Neves.

O segundo projeto de assentamento envolve 30 cooperados em lotes individuais de 500 ha, nos moldes da experiência levada a cabo no PRODECER-I em Minas Gerais. Na época da pesquisa ainda não tinha sido escolhida a área para implantação do projeto, embora já se conhecessem os produtores recrutados dentre parentes de cooperados do norte do Paraná, desta vez sem distinção de nacionalidade. Ao lado da COTIA, a COACERAL dispõe de superfície idêntica (15.000 ha) para assentar outros 30 produtores, sendo que a CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola) que gere os investimentos na área do PRODECER, reserva-se o direito de indicar 20% dos colonos (outras informações sobre o PRODECER-II no ítem V.1).

A produção dos cooperados da COTIA, inicialmente só de grãos, destina-se sobretudo ao mercado interno, notadamente o mercado nordestino (Petrolina, Fortaleza) e do Centro-Oeste (Brasília) onde cresce o número de unidades de esmagamento. Enquanto não forem realizadas obras de retificação do leito dos rios Grande e São Francisco, permitindo o escoamento da produção por hidrovia, considera-se inviável pensar na exportação. A construção de eclusas e obras nos portos do Nordeste que facilitem os transbordos (2.000t/hora) são previamente necessários para viabilizar a venda de grãos da região para o mercado externo.

Embora a Cotia seja uma das poucas cooperativas presentes no mercado internacional, não é tanto a exportação que a interessa. Ela pretende retornar ao setor industrial (1), implantando uma unidade de moagem em Brasília e em seguida provavelmente em Barreiras, quando houver oferta suficiente de energia elétrica, a partir da construção de Usina das Fêmeas.

Por enquanto, a Cotia coloca-se como fornecedor de peso das Indústrias Coelho, com quem vem elaborando estratégias de crescimento para seus polos de produção de Barreiras (Mimoso, Ouro Verde e Diamantino).

(1) A Cotia já tentou esmagar grão, mas problemas decorrentes da sonegação de impostos fizeram abortar tal tentativa.

3. O capital agro-industrial

A presença das grandes firmas multinacionais ainda é tímida na região de Barreiras. Nenhuma delas dispõe de escritórios a nível local, tampouco de armazéns, e a compra de grãos destinada às fábricas localizadas no Sul e no Sudeste do país vem sendo feita através de contratos com as cooperativas e as firmas comerciais (Agrocel - Agrotécnica Ceres Ltda, que controla 40% do mercado de compra e venda de produtos agrícolas no oeste da Bahia, disputando a maior fatia do mercado com a Copergel; a Magril - Meridional Agrícola Ltda; a Somali, todas as três de propriedade de sulistas).

Como já foi assinalado, não existe nenhuma unidade industrial de esmagamento nessa franja oeste da Bahia. Existe, sim, o projeto de se criar uma Central da Bahia.

As firmas comerciais queixam-se dos baixos preços pagos pelas agro-indústrias, em média inferiores em 25% ao preço pago no sul. Na verdade, essa redução leva em conta o custo do frete da área de produção até a sua destinação final, o que torna menos competitivo o produto das áreas mais distantes dos grandes centros de processamento e/ou exportação. Essa perda é repassada ao agricultor mas também incide na margem de lucro comercial, diminuindo-a.

Daí ser mais interessante garantir vendas junto aos processadores do Nordeste. Na safra 84-85, por exemplo, o Nordeste consumiu 60% da produção global de soja dos cerrados baianos, pagando um preço superior em 10% àquele vigente no sul do país, segundo cotações internacionais.

Aparentemente, as cooperativas ocuparam preferencialmente esse espaço, sendo as maiores fornecedoras de matéria-prima para as indústrias nordestinas. As empresas comerciais, embora disputem essa faixa do mercado, realizam a maior parte de suas transações com as grandes firmas de grãos, notadamente a Sanbra e a Cargill.

Ambas têm aumentado suas compras na região, mas trata-se ainda de uma aquisição marginal frente às suas necessidades de esmagamento, cuja capacidade varia entre 1 milhão de toneladas e 1,6 milhão de toneladas/ano (no caso da soja). Se sua presença nas novas frentes de grãos responde às exigências oligopolistas do mercado, fica patente, no entanto, que as estratégias de expansão do setor voltam-se principalmente para os cerrados do Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso) e de Minas Gerais, posto que o mercado nordestino é considerado pouco dinâmico (1) e as exportações (óleo e farelo sobretudo) continuam sendo a meta número um na formação do lucro dessas empresas.

Nesse sentido, o crescimento registrado por alguns grupos nordestinos recentemente envolvidos com a fabricação de óleo de soja parece assegurado, sem que a concorrência dos grandes grupos venha a lhes ser fatal. Com efeito, há previsões de que o Nordeste venha a consumir 50-60% da produção de soja dos cerrados baianos, mediante o aproveitamento mais intensivo da capacidade de moagem instalada (para algodão, mamona e oiticica) e mantida ociosa boa parte do ano. Além disso, há expectativas de que o consumo de óleo no Brasil, hoje avaliado em 1,6 milhão de toneladas / ano, cresça ainda muito mais, atingindo 3 milhões de toneladas/ano, segundo estimativas de Sanbra, sobretudo se se mantiver a tendência de elevação da renda familiar decorrente da adoção do Plano Cruzado e da queda da inflação. De qualquer forma, considera-se que existe uma demanda reprimida a nível do mercado interno que garante novas inversões no setor.

A nível do Nordeste, têm sido beneficiados grupos vinculados a capitais regionais de peso evidente, tais como as indústrias Coelho (PE), a Oleama (MA), a Usina Livramento (PI), e a Brasil Oiticica (CE).

Por outro lado, parece-nos pouco provável que a concorrência industrial entre o capital regional e o capital multinacional se acirre no presente momento, na medida em que a fabricação de óleo implica obrigatoriamente no estoque de grandes volumes de farelo, acarretando assim elevação dos custos (baixa elasticidade de demanda). Por esta razão muitas agro-indústrias preferem comprar óleo bruto de outras e refiná-lo apenas, mantendo suas marcas fantasias nos mercados regionais. É o que vem fazer

do a Cargill no Nordeste, refinando óleo bruto adquirido junto às indústrias Coelho.

Finalmente, cabe salientar que contrariamente ao observado no sudoeste de Goiás, em Barreiras não se verificou a existência de contratos de produção entre firmas industriais e agricultores. Não parece existir, por enquanto, vínculo direto entre estes diferentes agentes econômicos.

Se nos detivemos até agora no papel do complexo agro-industrial de grãos, não poderíamos, no entanto, deixar de assinalar a presença de algumas usinas de açúcar e álcool, implantadas ainda na febre do Proalcool, no final dos anos 70. Uma dezena de projetos relativos a destilarias foi então aprovada, mas poucos foram além da simples captação dos recursos e incentivos fiscais. Se a área ocupada pelas plantações de cana estendeu-se em função do volume dos subsídios ofertados, pelo Estado, mas ainda assim aquém das previsões iniciais, não se pode dizer o mesmo dos resultados econômicos: a baixíssima produtividade da terra passou a exigir investimentos consideráveis em irrigação que não se justificavam em razão do altíssimo custo de tonelada de cana irrigada, tornando-a pouco competitiva, e do gap energético.

Muitas áreas foram parcialmente convertidas em pastagens, outras destinadas à produção de soja e arroz. Essa "diversificação" oportuna foi mais uma vez possibilitada pela grande disponibilidade de crédito de custeio a taxas de juros negativos. Foi essa a estratégia adotada pela Agronol, empresa agrícola de propriedade do grupo Santa Izabel, ligado ao setor de construção civil no Rio de Janeiro e também envolvido com mineração no Pará. Com a retomada da expansão imobiliária no sul do país e as mudanças ocorridas na política agrícola, parece provável uma redefinição das diretrizes que orientam o projeto de Agronol em Barreiras. Dos 12.000 ha de propriedade de Agronol, a meta é manter 1/3 com pastagens, 1/3 com lavouras de soja e arroz, ampliando esse percentual em função da dinâmica do mercado.

As outras 3 grandes destilarias, implantadas na região desde 1984, estão em vias de ser desativadas. Trata-se da AISA (grupo nipo-brasileiro sediado em São Paulo), a DERIO (grupo de Lundgren de Pernambuco) e a Vale Rio.

V. INTERVENÇÃO DO ESTADO

1. Crédito Rural

Os cerrados baianos foram favorecidos pelo crédito agrícola de custeio que previa, para o Nordeste, taxas de juros da ordem de 35% ao ano sobre o valor total do empréstimo. Esse crédito altamente subsidiado, em vigor até janeiro de 1986, teve peso determinante na ocupação e valorização rápida dessa região frente a outras dotadas de vantagens comparativas não desprezíveis, tais como maior proximidade com o mercado; mais ampla infra-estrutura viária para escoamento da produção, etc.

Não nos foi possível obter o valor total dos financiamentos liberados para os cerrados nas 2 últimas safras. O Banco do Brasil, que responde por quase 95% do crédito de custeio distribuído na área, não pode fornecer tais dados por não tê-los ainda processado de forma definitiva. Sabemos que no período mais recente, estando suspenso o crédito para investimento, os custos com calcário têm sido incorporados ao custeio, que tornou-se praticamente a linha de crédito exclusiva aplicada nos cerrados. Isso permitiu que continuassem sendo abertas novas áreas para cultivo, mas certamente num ritmo mais lento do que teria sido possível.

Mas, aparentemente, a fraca disponibilidade de recursos financeiros que marcou a primeira metade desta década não inviabilizou a expansão da área produtiva nos cerrados baianos que continuou ampliando-se, alcançando na última safra (1985-86) 170.000 ha, cultivada contra 95.000 ha na safra 84-85 e 80.000 ha na safra anterior, segundo levantamento realizado pela Copergel(1).

Nos primeiros anos de ocupação, entretanto, era difícil obter crédito para as novas culturas de soja e arroz que ganhavam os chapadões, porque a Direção do Banco do Brasil de então e dos organismos de extensão rural estavam nas mãos de representantes das antigas oligarquias locais, pouco interessadas no avanço da frente de

(*) Esse levantamento cobre a área cultivada de soja, arroz, milho, feijão e mandioca nas zonas de cerrados exclusivamente.

grãos. Uma das queixas mais frequentes dos agricultores "sulistas", de início, era o atraso na liberação dos recursos de custeio, muitas vezes obtida mediante troca de fatores ou uma pequena margem percentual do volume de crédito liberado.

Mas do que uma disputa por recursos, tratava-se de uma disputa política pelo controle das instâncias de poder a nível local, que levou os produtores do sul à constituição de um "lobby" a partir de suas cidades de origem através da mediação de representantes políticos. E com o apoio do setor financeiro do Banco do Brasil de Brasília, conseguiram indicar em novembro de 85 o gerente da sucursal bancária de Cascavel no Paraná para dirigir a agência de Barreiras, impondo assim uma primeira derrota às elites dominantes da região lideradas por duas grandes famílias, os Balbino e os Braga.

Foi em 1982, apenas, que, pela primeira vez, 80 propostas de financiamento de soja e arroz nos cerrados foram aprovadas pelo Banco do Brasil de Barreiras. Na safra 84-85, o número de solicitações aceitas subiu para quase 500 e na safra 85-86 chegou a 1.300 só para os cerrados. Nesta ocasião, o BB financiou o plantio de 36.700 ha de arroz nos municípios alcançados por essa pesquisa, concentrando-se 90% da área plantada em Barreiras e São Desidério. Quanto à soja, dos 74.000 ha financiados também nesse perímetro, 65% foram plantados em Barreiras.

É válido supor que se forem mantidas taxas de juros mais favoráveis para a agricultura nordestina, os cerrados do oeste baiano continuarão sendo abertos e cultivados, apesar dos custos de produção elevados registrados nessa área.

Linha de crédito especial: o PRODECER II

Depois da experiência levada a cabo no noroeste de Minas Gerais, onde vigorou o PRODECER-I a partir de 1979 (1), a CAMPO, responsável pela coordenação dos projetos vinculados ao Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, estende agora a outras áreas do cerrado

(*): O PRODECER surge a partir de um acordo de cooperação entre o Brasil e o Japão visando ao "aproveitamento racional" dos cerrados para a produção de grãos. Coordenado pela CAMPO, cobre na sua 1ª fase, 70.000 ha no estado de MG, contemplando colonos.

o modelo e a filosofia inaugurados em Paracatu pelo PADAP, em associação com a COTIA e outras cooperativas (2). Trata-se do PRODECER-II, iniciado neste ano de 1986 e com duração prevista até 1989.

De início o PRODECER-II deveria abrangar 500.000 ha segundo informações divulgadas pela imprensa. Na verdade, essa meta foi corrigida para 150.000 ha, distribuídas equitativamente entre 5 Estados que abrangem áreas de cerrados: Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Ou seja, serão financiados pelo Programa 30.000 ha em cada estado.

Na Bahia, o perímetro do PRODECER-II, embora não esteja definitivamente desenhado, deverá situar-se no Município de Barreiras, onde as duas cooperativas integradas ao Programa detêm terras (COACERAL e COTIA).

A Cotia possui, juntamente com seus cooperados, 440.000 ha, que se estendem a outros municípios limítrofes a Barreiras (Formosa do Rio Preto e São Desidério). A COACERAL dispõe atualmente de 100.000 ha cedidos pela COTREL (Cooperativa Tritícola de Erechim), do na por sua vez de 314.000 ha. Mas apenas 15.000 ha pertencentes à COTIA e 15.000 ha da COACERAL, logo 30.000 ha, serão beneficiados pelo PRODECER-II.

Em termos de produtores, isso significa 60 famílias a serem selecionadas até o final de março, pois a área média para cada colono é de 500 ha. Assim, os 30 cooperados da Cotia e seus congêneres em número igual da Coaceral poderão usufruir, pelo PRODECER-II, de um período de carência mais longo para a compra de maquinária - 3 anos em lugar de 12 meses - e sobretudo da segurança de disponibilidade de crédito (volume e prazos definidos para liberação).

O PRODECER-II prevê ainda a quitação do empréstimo feito no primeiro ano no prazo de 36 meses, parcelado da seguinte forma: 20%

(2) A COSUEL (Cooperativa de Suinocultores de Encantado Ltda) do Alto Uruguai, a COPERVAP (Cooperativa do Vale do Paracatu) e uma Associação dos Produtores Rurais de Coromandel.

do valor total no 1º ano; 40% no 2º ano e 40% no 3º ano.

Além disso, por estar Barreiras inserida na região nordeste, o custeio difere da linha de custeio normal em vigor nos outros estados contemplados pelo Programa, sendo ainda mais subsidiado (65% da ORTN sobre o valor total do empréstimo, além dos 3% de taxas de juros ao ano) (3), o que torna esta região mais atraente para novos investimentos, apesar de encontrar-se relativamente distante das áreas de esmagamento e exportação.

Nas áreas do PRODECER-II estão previstas culturas de soja e arroz nos dois primeiros anos, acrescentando-se o plantio de milho, feijão e sorgo a partir do terceiro ano, graças à recuperação progressiva dos solos. Culturas permanentes também serão introduzidas (café ou citrus).

Vale assinalar, finalmente, que os colonos escolhidos para integrarem o PRODECER-II só necessitam aportar 10% do valor do investimento global inicial, estimado pela cotia em Cz\$ 4.031.900,00 (quatro milhões, trinta e hum mil e novecentos cruzados) por estabelecimento (junho 86). Ou seja, cada associado deve contribuir com um capital pessoal de Cz\$ 403.190,00. No caso dos demais associados da COTIA não integrantes do PRODECER-II, esse percentual eleva-se a 50%.

(3) O PRODECER-II aplica além desse, dois critérios distintos para o crédito de custeio, segundo a região.

MT - 85% da ORTN e 3% de taxa de juros ao ano

MS, MG, GO - 100% da ORTN e 3% de taxa de juros ao ano.

2. Atuação dos órgãos de planejamento e dos governos

O primeiro organismo federal, voltado para o planejamento das atividades desta grande região, foi a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), nos idos dos anos 50, quando ainda se chamava CVSF (Comissão do Vale do São Francisco). Sua atuação restringiu-se ao longo desses anos à implantação de um perímetro irrigado (concluído em 1979, conta 273 colonos detentores de parcelas de 8 ha, e algumas empresas agrícolas), de baixa rentabilidade econômica, situado nos municípios de Barreiras e São Desidério.

Não surpreende que até hoje a CODEVASF tenha se mantido aliada das transformações que vêm dando à região novas funções produtivas e uma nova dinâmica de acumulação. Apesar de a irrigação constituir-se numa das necessidades básicas para levar adiante a exploração intensiva dos cerrados, estendendo os meses de cultivo e permitindo uma diversificação das culturas, e de ser esta a sua atribuição por excelência dentro de uma divisão de competência a nível dos órgãos públicos, têm sido os programas federais, através de linhas de crédito especiais - PROINE, PRO-VÁRZEAS, PRONI -, que têm mobilizado os agricultores na busca de soluções para esse problema.

Isso só vem demonstrar que as antigas agências de planejamento regional permanecem como redutos das oligarquias, servindo de mediadoras entre o poder local e o poder central na captação de recursos públicos. Embora a CODEVASF seja uma empresa pública com know-how na área de irrigação, e este seja um dos pontos de estrangulamento da produção de grãos na região, sua intervenção não comporta assistência técnica para todo e qualquer tipo de demanda, mas apenas para aqueles produtores que ou se encontram sob sua tutela (colonos) ou usufruem, indiretamente, das suas benesses (lideranças políticas locais, fazendeiros).

Dessa forma, os agricultores do sul e das cooperativas, que rapidamente identificaram seus aliados locais, têm buscado apoio junto ao Banco do Brasil - através do controle da carteira agrícola - para assegurar seus investimentos. Ou seja, o crédito agrícola tem si

do a garantia quase exclusiva para viabilizar a nova forma de ocupação dos cerrados baianos, baseada numa moderna agricultura intensiva.

Daí figurar dentre as reivindicações mais imediatas desta nova classe de empresários agrícolas uma maior participação do Estado no atendimento dos serviços básicos de infra-estrutura, notadamente a abertura de estradas vicinais e ampliação da oferta de energia elétrica.

De fato, constata-se que, afora o crédito rural, a participação do Estado tem sido mais do que tímida na região, que só recentemente (1986) passa a integrar a 2ª fase de expansão do PRODECER. Até aqui, Barreiras ficara fora do Polocentro e de outros programas que contribuíram para drenar recursos volumosos para os cerrados, e cujos efeitos refletiram-se também numa maior capitalização da área (aumento da capacidade de armazenamento; extensão e melhoria das vias de circulação das mercadorias, etc). A região em estudo não foi em nada beneficiada pelo POLOCENTRO.

A CAR - Coordenação de Ação Regional - ligada à SEPLANTEC (Secretaria de Planejamento), que marca a presença do governo estadual, só em 1984 deu início a um programa voltado para os cerrados, paralelamente ao desenvolvimento de outros programas de apoio ao pequeno produtor e à agricultura de subsistência. Ainda assim, esse programa específico parece não conter metas nem tampouco diretrizes, indicando que a ação da CAR vem-se resumindo a um levantamento de dados econômicos sobre o impacto da frente de grãos na região, que permita ao estado da Bahia acompanhar o processo e passar a direcioná-lo. A CAR tem promovido reuniões com os agricultores do Sul para conhecer suas reivindicações e mostrar o interesse do governo estadual em colaborar para com o desenvolvimento de uma região, responsável pela 4ª arrecadação de ICM do estado mas cada vez mais integrada a circuitos produtivos externos à Bahia. É patente como o crescimento econômico aí registrado nos últimos anos - o ICM pulou 400% entre 1984 e 1985 - levou a um novo tratamento do extremo-oeste baiano por parte de Salvador, tratamento esse que busca atenuar a preeminência de Goiás e da região geo-econômica de Brasília sobre Barreiras e seu entorno, fortale

lecendo os vínculos com a Bahia e o Nordeste em geral.

Essas disputas inter-regionais já mobilizaram a própria SUDENE que muito recentemente vem dando especial atenção à região ameaçada de "desnordestinação". Vários projetos foram aprovados, entre eles a criação de uma linha de transmissão entre Bom Jesus da Lapa e Barreiras até 1990 para ampliar a oferta de energia elétrica; a construção de uma rede de estradas vicinais que facilite a circulação dos insumos e dos grãos; a construção de cidades-operárias, distribuídas ao longo das estradas para racionalizar o emprego do fator "trabalho" e evitar a mobilidade muito acentuada da força de trabalho (estão previstas hortas em cada residência para que os trabalhadores possam "ocupar-se" durante a entressafra e custear sua própria reprodução); o incentivo a inoersões em infra-estrutura pública por capitais privados, inoersões essas que seriam deduzidas do pagamento de ICM - desta maneira, estar-se-ia garantindo a aplicação imediata de recursos que seguem normalmente para os cofres federais e só com muito atraso (2 anos) são novamente repassados aos municípios. Trata-se de evitar a apropriação de riquezas por parte do governo federal, aumentando assim as condições de circulação do capital e de concentração também, pois tais investimentos serão feitos prioritariamente nos ramos e áreas diretamente relacionados com o setor mais dinâmico da economia local, controlado evidentemente por esses mesmos capitais privados, extra-regionais, cuja acumulação seria, portanto, potencializada.

Na prática, é o que vem acontecendo: os novos empresários vindos do sul e integrados ao complexo agro-industrial têm-se responsabilizado individualmente (dependendo da escala) pela realização de melhorias a nível de infra-estrutura (até mesmo de saúde e educação). Essa mudança visa repor as condições de acumulação do setor privado, garantindo que os lucros não sejam "penalizados" ao serem desviados para empreendimentos sociais (em função do seu caráter genérico e coletivo). É também uma tentativa no sentido de transformar as relações entre os agentes econômicos e as diferentes escalas de poder (central, estadual e municipal), auferindo maior autonomia para os primeiros. Em suma, trata-se de uma versão atualizada da política de incentivos fis

cais que vigorou no período de grande expansão econômica da década de 70 e que necessitava ser readaptada às exigências do processo de acumulação do capital, nessa fase de grande insolvabilidade do tesouro público (prefeituras, governos estaduais, todos estão fortemente endividados sem poder fazer frente a novos investimentos, que correriam assim por conta da iniciativa privada, sendo portanto localizados nas suas áreas de interesse).

A nível municipal, a prefeitura de Barreiras, única inquirida no âmbito do trabalho de campo do trabalho de campo, mostrou um distanciamento muito grande para com a área rural, alegando que tanto o programa de soja como a abertura e asfaltamento das estradas dos cerrados correm por conta do governo estadual, escapando ao município. Sua prioridade tem-se voltado para a pavimentação da zona urbana do município que ampliou-se rapidamente nos últimos anos com o surgimento de novos bairros periféricos uns formados por camadas médias e altas, outros caracterizadamente de baixa renda. O atual prefeito instalou-se em Barreiras ao ser nomeado delegado regional quando do golpe militar de 1964. Membro do PDS, já exerceu o primeiro mandato de prefeito entre 72 e 76. Está no segundo mandato.

3. Pesquisa e Tecnologia

A tecnologia empregada nos cerrados baianos é a mesma desenvolvida nos estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, praticamente sem nenhuma adaptação às especificidades do solo e clima locais.

Não existem espécies nativas: no caso da soja, predominam as sementes cultivadas em Goiás (cristalina e tropical). Segundo os agricultores, não tem sido feita pesquisa na área nem a nível federal nem estadual. A EPABA e a EMATER, de início céticas quanto a um possível sucesso da soja no cerrado, não se interessaram em estimular a pesquisa tecnológica nem tampouco em produzir sementes de milho e feijão que permitissem uma maior diversificação das culturas dos cerrados.

Os produtores queixam-se da ausência de políticas de incentivo à pesquisa na região e atribuem os pequenos ganhos em produtividade registrados a essa lacuna. O preparo de solo, por exemplo, realizado por cooperados da Cotia mediante técnicas e critérios aplicados nos cerrados mineiros, mostrou-se inadequado, afetando negativamente a produtividade da terra. Por ser o solo aqui muito arenoso e de textura diferente, a tecnologia e técnicas já disponíveis serviram-se de pouca utilidade imediata.

Essa démarche empírica tem qualificado e, de certa forma, contido a ocupação do oeste baiano. A chegada de cooperativas, como a Cotia e outras do sul do país, dotadas de quadros técnicos e de pesquisa, deve favorecer um acúmulo de conhecimentos nessa área e permitir a superação mais rápida desse estágio experimental.

É bem verdade que, com a abertura dessa frente, multiplicaram-se os escritórios de assistência técnica em Barreiras, sob a responsabilidade de agrônomos "gaúchos" quase sempre produtores experimentados no cultivo de grãos. Mas é também verdade que pouco enriqueceram a agricultura local com seu savoir-faire no início, pois também desconheciam as peculiaridades destes solos. Sua grande procura por parte dos agricultores do sul residiu muito mais na obrigatoriedade, exigida pelo banco, de um plano agrícola elaborado por técnicos para efeito de liberação do crédito, do que na oferta de um serviço que diminuísse os riscos das primeiras colhei

tas. Não é, pois, surpreendente observar que, nos primeiros anos de plantio de soja, esses escritórios de planejamento tinham no Proagro uma sólida fonte de recursos. Sua função era menos dotar o produtor de uma assistência técnica que prevenisse frustrações de safra, do que ampliar ao máximo as perdas sofridas, até porque quanto maior o prejuízo maior o lucro de quem avaliasse o seu montante (1).

Fica assim evidenciada a não-contribuição do setor privado e seu pouco interesse pela extensão da pesquisa agrícola nos primeiros anos de valorização da área. Atualmente, essa tendência tem sendo corrigida com implantação de centros de pesquisa e campos experimentais por parte das grandes cooperativas do Centro-Sul (O campo experimental da Cotia tem 750 ha e funciona desde 85).

Quanto ao Estado, tampouco fomentou nessa fase atividades de pesquisa e extensão rural voltadas para a sustentação desse setor emergente. O programa de cerrados desenvolvido pela CAR-Cia de Desenvolvimento e Ação Regional -, vinculada à SEPLANTEC, teve início em junho de 84 apenas, e vem-se resumindo, por enquanto, a um levantamento sistemático de informações sobre a produção, comercialização e financiamento da soja e do arroz nos geraes. Segundo um técnico da CAR, o CPAC (Brasília), embora não tenha desenvolvido espécies baianas, foi quem mais capacitou a região para responder ao desafio da soja.

O desconhecimento do regime de chuvas da região e do clima em geral também prejudicou os primeiros cultivos, sobretudo de arroz, pois os "veranicos" são frequentes, causando sérios prejuízos à safra.

Na opinião do gerente da Copergel, a maior cooperativa de produtores de grãos de Barreiras, ainda não foi possível plan

(1) Em caso de perda parcial ou total de safra, o banco solicita os serviços de um agrônomo ou firma competente para estimar o volume de indenização que incumbe ao Proagro. A remuneração desse serviço é estipulado em termos percentuais sobre o valor do Proagro liberado.

tar em grande escala feijão e milho pela ausência de tecnologia apropriada, embora os plantios desses produtos para consumo in terno dos estabelecimentos venham obtendo bons resultados.

VI. QUESTÕES GERAIS

1. A dinâmica urbana

Ao longo deste relatório, ficou evidenciado o rápido processo de urbanização que tomou conta de Barreiras a partir de 1979, quando a região passa a integrar como produtora de grãos o complexo agro-industrial brasileiro. Até então, seus vínculos com o setor industrial produtor de insumos e processador de matérias-primas eram bem mais débeis.

Além da dinâmica populacional, apontada na segunda parte deste trabalho, responsável pela alta taxa de urbanização registrada no município de Barreiras, há que destacar, portanto, essa nova inserção da região no CAI brasileiro, que potencializa ainda mais esse fenômeno já tão agudo. A forma de produzir que vinga aí tornando-se dominante, é, incontestemente, uma das razões que explicam a existência de um processo de urbanização tão acelerado.

O modelo agrícola em expansão, moderno e intensivo, em que o fator de produção terra é valorizado mediante forte incorporação de capital, determina novos fluxos de mercadorias (insumos, produtos agrícolas, maquinaria, serviços técnicos) que configuram novas relações espaciais inter e intrarregionais. Notadamente, surgem novos serviços urbanos, indispensáveis à consolidação do modelo e à reprodução das classes sociais que o estruturam e que emergem com ele.

As informações contidas no Quadro XIII, apesar da sua simplicidade, ilustram essas mudanças no que diz respeito ao crescimento do comércio barreirense.

Q U A D R O X I I I

O quadro indica que além da multiplicação das casas comerciais de compra e venda de produtos agrícolas vem crescendo também aquelas ligadas a padrões de consumo tipicamente da classe média urbana, tais como o item "restaurantes". Essa nova realidade urbana é, pois, também produto de uma certa cultura, aquela das novas classes sociais que aí se territorializam e cujos padrões de consumo são altamente mercantilizados.

Esse processo, embora extremamente dinâmico, estaria dotado de especificidades que o distingam de outros processos da mesma natureza ?

Aparentemente sim. O estudo de campo mostrou que os espaços urbanos que vêm-se conformando respondem não apenas à lógica da expansão do mercado, à sua complexificação, como refletem estratégias de representação política e busca de hegemonia por parte dos grupos sociais emergentes. As colônias agrícolas implantadas por migrantes gaúchos e paranaenses nos chapadões dos cerrados, constituem propostas "sui generis" de núcleos urbanos "futuros" (colônias, enquanto futuras "sedes" de municípios). Há até mesmo cidades integralmente construídas com essa finalidade singular de autonomização política. É o caso de Mimoso, a 50 km de Barreiras, no lado esquerdo da rodovia que liga esta cidade à Brasília.

A história tem seu protagonista. Seu Arnaldo, goiano de Urutaí, abandonou suas fazendas de gado no final dos anos 50 para estabelecer-se em Brasília, então como construtor imobiliário. Construiu hotéis e alguns prédios nas cidades satélites (Taguatinga, cidade livre já "destruída"), explorando-os economicamente.

Na busca de novas oportunidades de investimento, foi levado a Barreiras por um corretor em 1979 e acabou comprando uma fazenda de 172.000 ha, antiga propriedade de um "coronel" local. De início, aderiu à febre da soja e passou a cultivá-la em paralelo com a criação de gado. Mas às dificuldades de legalização fundiária iniciais, fruto da existência de 56 famílias de posseiros que viviam na área e foram expulsas, somaram-se outras, mais graves, ditadas pela ação dos grileiros e grupos vindos do sul à procura de terras. Como as invasões multiplicaram-se - "Isso aqui virou um garimpo!" -, seu Arnaldo abandonou a lavoura, guardou algumas cabeças de gado em apenas 1.000 ha e resolveu lotear sua propriedade, construindo uma cidade.

Na verdade, seu Arnaldo foi mais longe e trocou em 1982 suas terras por outras no futuro entroncamento rodoviário da BR-020 (km 525). Nesse mesmo ano, abriu um posto de gasolina no local, primeira iniciativa da sua nova sociedade familiar (com a esposa e genros): a CARIG (Colonizadora e Administradora Vale do Rio Grande). Nascia o Loteamento Rancho Grande, mais conhecido como Posto Mimoso, numa área de 5.450.000 m², sendo que o perímetro urbano é de aproximadamente 3.500.000 m².

O loteamento prevê a construção de 3.012 residências e 320 casas comerciais. Há lotes de 600 m², 675 m², 825 m² e 900 m². Os preços variavam à época de Cr\$ 2.000.000 a 10.000.000, segundo o tamanho do lote e sua localização na cidade projetada. Embora em cada quadra figurem lotes de todas as dimensões, o núcleo central do projeto destina-se às camadas de maior poder aquisitivo. É nessa área que serão construídas a rodovia, a Prefeitura e

a Igreja. O "setor popular", à margem do núcleo central também será planejado, mas, por enquanto, não faz parte das prioridades. O desenho abaixo dá uma idéia do que foi planejado e como para esta cidade que poderá acolher desde logo 15.000 pessoas.

Foram também previstas 4 escolas, sendo que uma, da Congregação Batista, já funciona; postos médicos; um cemitério ; um centro esportivo e uma área industrial. Esta contava inicialmente 25 ha, mas deverá ser ampliada pois já foi integralmente cedida à COTIA, que aí implantou seus armazéns, silos e todos os seus serviços técnico-administrativos (Centro de Apoio aos Cooperados), além de uma grande área de lazer destinada às famílias de seus cooperados. Destes, 700 já haviam adquirido lotes no Mimo

so, quando da realização desta pesquisa. Segundo seu Arnaldo, a COTIA deveria investir Cr\$ 100 milhões nesse projeto.

O fato é que as vendas só cresceram realmente a partir do momento em que a COTIA decidiu localizar aí suas instalações, perseguindo a idéia de edificar um "pólo de grãos" na região. Hoje outras grandes empresas já reservaram suas áreas no Mimoso. É o caso do grupo Coelho (SOMALI), da Agrocel, das firmas transportadoras de adubos e insumos, metalúrgicas etc... Em outras palavras, sem que houvesse sido feita a doação de lotes urbanos à COTIA, o que se deu em final de 85, tal empreendimento provavelmente não se teria revelado tão promissor. As vendas, abertas desde 83, só então tomaram impulso.

Até porque não havia rede de esgotos, energia elétrica (só a motor) nem tampouco água encanada, ou seja, infra-estrutura alguma que viabilizasse a chegada dos novos moradores, a quem serão imputados, aliás, os gastos com a instalação desse serviços. Na prática, a CARIG deve executar as obras de saneamento e infra-estrutura necessárias, rateando os custos com os donos dos lotes. É evidente que a participação da COTIA altera esses ônus na medida em que caberá a ela, enquanto empresa, e no seu próprio interesse, cobrir boa parte desses custos para consolidar rapidamente sua implantação e a de seus cooperados nessa região. Essa associação de interesses - pequeno capital imobiliário e o capital agro-alimentar - consubstancia essa estratégia de criação de um novo núcleo urbano com vistas à formação de um novo município dentro de alguns anos, dispondo então de uma estrutura administrativa, financeira e política própria, relativamente independente da interferência das elites tradicionais locais que compõem ainda o quadro político-institucional regional.

Até o momento da visita a campo e redação do relatório,

nem o governo estadual nem tampouco a prefeitura de Barreiras apoiaram financeiramente o projeto, que vem sendo inteiramente realizado por capitais privados do ramo imobiliário e agro-industrial, externos à região. As oligarquias locais parecem ignorar tal empreendimento e continuam dedicando-se a implementar poucas melhorias em Barreiras (sobretudo pavimentação da área urbana).

O loteamento Rancho Grande delimitou ainda lotes rurais no seu entorno para a criação de chácaras individuais de 12 ha, cuja função seria abastecer em hortigranjeiros o mercado de consumo local.

Em janeiro de 1986, havia 1.000 lotes vendidos, a grande maioria a cooperados da COTIA. Um ano mais tarde, esse número elevava-se a 1.500, atraindo compradores sulistas, que vêem com bons olhos o surgimento de uma cidade "à sua imagem". Se a expansão da frente de grãos prosseguir e as safras forem abundantes, o sucesso do Posto Mimoso está assegurado. Boas safras canalizam recursos para o setor da construção civil nessas zonas de fronteira.

Esse setor, aliás, foi apontado como um daqueles de maior crescimento econômico, juntamente com a metalurgia. Os bairros que surgem às margens da cidade, quase todos posteriores a 1980 (Vila Rica, Vila Brasil), tanto construídos por famílias de baixa renda, quanto por famílias de classe média que emigraram de outras zonas do país, confirmam esse dinamismo. Em muitos deles também se fala em emancipação (possibilidade de tornarem-se distritos do município, por exemplo).